

A constituição de um sindicalismo sociopolítico: o caso da Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA)

Rio de janeiro,
Fevereiro/2015.

**A constituição de um sindicalismo “sócio-político”: o caso da Confederação
Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA)**

Versão final do artigo produzido no âmbito do Concurso CLACSO-UMET “Nuevos modelos sindicales en América Latina y el Caribe”.

Rio de Janeiro,
Fevereiro/2015.

Resumo

Este artigo trata da Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA) enquanto um novo modelo sindical, a qual chamamos de sindicalismo sociopolítico. Trata-se de uma categoria forjada pelo próprio movimento sindical e que compreende a elaboração de uma plataforma política e de um tipo de ação sindical que visa posicionar o sindicalismo como ator político relevante não apenas nas pautas do mundo do trabalho, como também na construção de um projeto de desenvolvimento alternativo no qual a agenda trabalhista é parte integrante de uma dinâmica social mais abrangente de superação da miséria, de conquista de direitos, de criação e ampliação de redes de proteção social, de uma nova relação com a natureza. Além desse aspecto político-programático, é preciso ressaltar que o sindicalismo sociopolítico se constitui a partir da relação do movimento sindical com os demais movimentos sociais que representam outras frações das classes trabalhadoras (camponeses, mulheres, juventude) e também com os governos progressistas da América Latina, nesse caso estabelecendo uma relação que não é de apoio incondicional, e sim de diálogo crítico e dialético que visa se aproveitar da presença da esquerda no Estado para avançar nas pautas políticas na crença de que esse avanço será decisivo para o próprio sucesso dos governos progressistas. Por fim, há ainda a dinâmica de autocrítica que o sindicalismo sociopolítico organiza, a partir da agenda chamada de “autoreforma sindical”, sem a qual esse novo modelo não terá como ser exitoso.

Palavras-chave: sindicalismo sociopolítico, governos progressistas.

Abstract

This article intends to analyze the Confederación Sindical de Trabajadores/as de las Americas (CSA) as a new trade union model which we call here "the sociopolitical unionism". This is a category produced by the trade union movement itself and it relates to the making of a political platform and a kind of union action that aims to construct a kind of union action that intends place the syndicalism as a relevant political actor not only on the agendas of the working world as well as in the in the construction of an alternative development project of society in which the labor agenda is an integral part of a broader social dynamics of elimination of poverty, expansion of rights, creation and expansion of social protection and a new relationship with the environment. In addition to this political and programmatic aspect, it should be noted that the "sociopolitical unionism" is made from the trade union movement relationship with other social movements wich represent other fractions of the working classes (peasants, women, youth) and also with the progressive governments of Latin America. In the latter case, it establishes a relationship that is not a unconditional support, but a critical and dialectical dialogue to take advantage of the left's presence in the State and thus get progress in the political agendas. Finally, there is the dynamic of "self-criticism" that the sociopolitical unionism organizes wich comes from the called agenda "union self-reformation", central to the success of this new model.

Key words: sociopolitical unionism; progressive governments

1 – Introdução

O século XXI latino-americano é rico de novas dinâmicas sociais e políticas que emergiram a partir das classes subalternas. Estas estão a vivenciar novas experiências de classe e a protagonizar novos projetos políticos resultantes das lutas produzidas quer nas décadas de autoritarismo, quer nas décadas de neoliberalismo, algumas vezes enfrentando ambos os desafios de uma só vez.

Uma nova cultura de direitos emerge nas sociedades da América Latina a partir dos processos de redemocratização e de resistência diante da ação econômica imperialista que marcou o projeto neoliberal. Não apenas direitos sociais e trabalhistas que punham fim à pobreza e à miséria, mas o próprio direito de tomar em suas mãos os próprios destinos enquanto classes trabalhadoras dotadas de toda a sua diversidade social, étnica e nacional.

Camponeses e povos originários, mulheres e juventude, negras e negros, classes trabalhadoras dos mais diferentes ramos e tipos, organizados em partidos já existentes nos ciclos de luta anterior (Frente Ampla Uruguiaia, Concertacion Chilena) ou criando novos partidos a partir das lutas (PT brasileiro, MAS boliviano) lograram enfim conquistar o poder político em diversos países e com isso desenvolver um novo processo político e social na região.

Segundo Codas (2013), esse novo processo político possui três dimensões fundamentais. Uma é geopolítica, outra econômica e a terceira é política e social. Essa última relaciona-se com os próprios atores que constituem essa nova dinâmica. Ainda que se inter-relacionem, é importante analisá-las em separado, buscando construir uma agenda de pesquisas específica para cada um desses temas.

Esse estudo se insere, portanto, na terceira dimensão, aquela dos atores, das classes. Trata-se de pensar os novos modelos sindicais na América Latina a partir da dialética que se instalou na região: as contradições sociais geradas pela redemocratização hegemônica pelo neoliberalismo produziram diversas lutas e resistências das classes

subalternas. Estas logram, graças a esse enfrentamento, a se constituírem como novos atores políticos, formando partidos novos, revitalizando organizações que já existiam. A partir desse processo de lutas, eles vão conquistando posições institucionais até que finalmente têm êxito na tarefa de obter, via eleições democráticas, a direção dos Estados nacionais, de onde passam a produzir novas dinâmicas sociais e a influenciar na geopolítica mundial, produzindo assim novas contradição e novas lutas ainda sem conclusão.

Pensar, portanto, a Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA) como parte de uma nova experiência das classes trabalhadoras, e também como um aspecto específico dessa nova configuração das classes subalternas, qual seja, o das classes trabalhadoras sindicalizadas. Trata-se, em um primeiro momento, de reconstituir a formação dessa dinâmica unitária. Isso implica em recuperar a “história” do movimento sindical do continente americano mesmo com a indelével marca da guerra fria que orientou a divisão entre diferentes correntes e que é sentida até hoje, na medida em que um setor importante do sindicalismo – aquele identificado com o comunismo – mantém-se fora de um processo de unificação liderado de modo indubitável por um setor que sempre fora identificado com os interesses estadunidenses.

É preciso, ao mesmo tempo, não se reter a essa dimensão histórica, que, embora importante, não dá conta nem dos processos internos do sindicalismo nem do novo cenário mundial e continental. Por isso, o segundo momento do artigo consiste na análise do conteúdo político e estratégico que emerge do sindicalismo continental em sua produção de unidade, definido aqui – e seguindo as formulações oriundas do próprio movimento sindical - pelo conceito de “sindicalismo sociopolítico”.

Por fim, há de se fazer a relação dialética entre as novas dinâmicas sociais e sindicais e o novo cenário político latino-americano com os governos progressistas surgidos desde 1998 desde a vitória de Chávez na Venezuela. Nesse sentido, as proposições e formulações, os programas e as práticas, os dilemas e impasses que impactam a CSA e as centrais que a compõe em cada país se conectam diretamente com os limites e potencialidades do processo político mais geral na América Latina.

2 - Breve história da CSA

A Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA) foi criada em 2008, na Cidade do Panamá. Atualmente ela reúne 53 organizações sindicais nacionais em 23 países do continente, totalizando uma representação de mais de 50 milhões de trabalhadores e trabalhadoras.¹

A construção de uma entidade sindical continental americana faz parte do processo de unificação das diversas correntes do sindicalismo em escala mundial. Tanto é assim que a CSA afirma, em seu congresso de fundação, que:

“Somos parte de la Confederación Sindical Internacional que es la expresión legítima y representativa de los intereses de millones de trabajadores y trabajadoras en los cinco continentes. Formamos parte de una comunidad mundial basada en la fuerza de la democracia y con poder de transformar la injusticia en bienestar y desarrollo humano.” (CSA, 2008).

Tal processo de unidade se fez possível por diversos fatores, a saber: o fim da guerra fria, que implicou não somente em um fim da cisão comunismo-capitalismo como também no enfraquecimento do primeiro polo, derrotado; a conjuntura política neoliberal, que fragilizou o movimento sindical em todo o planeta, levando correntes adversárias a produzir encontros, lutas comuns, plataformas políticas compartilhadas, etc; e, no mesmo sentido, o processo de globalização das instituições políticas e dos mercados, que gera um conjunto de decisões políticas e econômicas a nível transnacional, obrigando o sindicalismo a buscar um tipo de intervenção nestes moldes (TRAUB-MERZ e ECKL: 2007; WACHENDORFER: 2007).

No ano de 2006 foi fundada a Confederação Sindical Internacional (CSI), em Viena, Áustria.² Para ela convergiram duas das três correntes sindicais que se consolidam no

1

Disponível em < <http://www.csa-csi.org> > Consultado em 15 de outubro de 2014.

2

Disponível em < <http://www.ituc-csi.org/> > Consultado em 15 de outubro de 2014.

pós 2ª Guerra Mundial, e cujas divergências se cristalizam no contexto da guerra fria (Lopez:2002; Rosal: 1963; Alexander: 1967). São elas a corrente sindical ligada à social-democracia europeia e aquela vinculada ao sindicalismo cristão naquele continente. Apenas o sindicalismo que se liga à tradição comunista ficou de fora dessa nova central unitária, ainda reverberando as décadas de polarização entre comunismo e capitalismo.

Essas mesmas correntes e tradições sindicais das outras partes do globo se engajaram em um processo similar de unificação (TRAUB-MERZ e ECKL: 2007), tendo em vista que os fatores supracitados incidiam em cada continente, ainda que com mais ou menos força, a depender das condições históricas e sociais. Enquanto a Europa já possuía uma Confederação Sindical unitária desde 1973, com independência diante das principais tradições do sindicalismo e que por isso recebia adesões de comunistas, cristãos e socialdemocratas, em Ásia, África e América foi a partir da criação da CSI que as diferentes forças que fazem o sindicalismo se puseram em movimento para juntar-se em grandes seções continentais da CSI.

Tanto a Organização Regional Africana³ quanto a Organização Regional da Ásia e do Pacífico⁴ nasceram em 2007, um ano antes, portanto, de sua co-irmã americana. Isso ocorreu porque os processos asiático e africano de unificação sindical foram mais “simples” de serem organizados, na medida em que foram compostos por dinâmicas sindicais mais incipientes. Assim,

“En ninguna otra región del mundo como en América Latina se desarrolló un debate tan amplio y profundo acerca de la creación de una nueva estructura sindical, tanto en el orden mundial como en el regional. Esta discusión no se limitó, como sucede con frecuencia, a un grupo reducido de dirigentes, sino que se extendió a importantes sectores sindicales. E el grueso de la discusión se concentró no tanto en la creación de la nueva central mundial como en la conformación de su filial regional americana” (WACHENDORFER, 2007: p.6)

³ Disponível em <<http://www.ituc-africa.org/>> Consultado em 15 de outubro de 2014.

⁴ Disponível em <<http://www.ituc-ap.org/>> Consultado em 15 de outubro de 2014.

Nas palavras do secretário geral da CSA, Victor Baez:

“As conversações para a unificação, uma vez estabelecidas as características de cada central latino-americana, não foi um tema fácil. Tanto assim que o prazo estabelecido em Viena (novembro de 2007) só foi cumprido muito mais tarde, no final de março de 2008. Tratava-se de organizações que haviam competido antes. Culturas sindicais e visões ideológicas distintas, assimetrias importantes e o desafio da distribuição do poder eram dificuldades reais para esse processo. Finalmente, predominou o critério de construir uma nova central, com um desenho inovador, que poderia ser a oportunidade de posicionar o sindicalismo latino-americano de uma nova maneira” (Baez, 2012: p. 15).

O continente americano possui, portanto, um longo histórico de ação sindical durante o século XX. Na verdade, é impossível entender a história de países como Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Estados Unidos da América (EUA), México, Nicarágua, Peru, Uruguai entre outros sem levar em conta o protagonismo dos sindicatos e dos trabalhadores. Essa forte organização trabalhista nas Américas gerou, muitas vezes, uma complexidade para os processos de unidade sindical que não são encontradas na Ásia e na África.

Como já foi dito, o contexto político que se desenvolve na segunda metade do século XX, sobretudo com a guerra fria, foi decisivo para a configuração de três tradições sindicais opostas: a cristã, que organizou a Central Latino-Americana dos Trabalhadores (CLAT), a tradição comunista, que nas Américas tinha como principal expressão a Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC) e a tradição vinculada aos EUA, que foi representada no continente pela Organização Interamericana Regional dos Trabalhadores (ORIT).(Lopez:2002; Rosal: 1963; Alexander: 1967).

As dinâmicas sindicais nos países, contudo, não ficaram restritas a essa divisão, do mesmo modo que a própria geopolítica internacional também foi marcada por movimentos que buscavam ultrapassar os limites da polarização entre comunismo e capitalismo (ver, por exemplo, a articulação dos países não alinhados). Assim, em muitas nações americanas surgiram, oriundas das próprias lutas do mundo do trabalho,

culturas sindicais que não podem ser classificadas nas três correntes. A Central Única dos Trabalhadores Brasil (CUT-Brasil) por exemplo, bem como a Central Única dos Trabalhadores do Chile (CUT-Chile) e ainda a central uruguaia PIT-CNT, resultante da fusão de duas centrais, a Convencion Nacional de Trabajadores (CNT) e o Plenario Intersindical de Trabajadores (PIT), ilustram essa diversidade.

A construção da CSA buscou abarcar essa multiplicidade, conforme conta no próprio documento fundacional da entidade:

“Las políticas establecidas en esta Resolución se inspiran en el rico acervo de políticas existentes y experiencias acumuladas por todas las afiliadas de la CSA, incluyendo las decisiones de los Congresos, Consejos Ejecutivos y demás órganos de dirección de la ORIT y la CLAT; y los aportes de las organizaciones que anteriormente no estaban afiliadas a ninguna de las dos organizaciones regionales y que se incorporan ahora a la CSA.” (CSA: 2008).

A principal dificuldade foi, sem dúvida, a evidente liderança da ORIT (WACHENDORFER: 2007), cuja história e desenvolvimento merecem maior atenção nesse estudo. Afinal, é de extrema importância sublinhar que uma organização sindical nascida para servir à política externa anti-comunista dos EUA tenha se tornado um vetor de organização e afirmação de um sindicalismo sociopolítico que é anti-neoliberal e por consequência se coloca no campo crítico à globalização e à política externa dos EUA.

Esse reposicionamento é em parte resultado das dinâmicas políticas que envolvem as lideranças e dirigentes sindicais em seu contato frutífero com as vanguardas políticas e sociais da América Latina. Dessa interação podemos extrair, entre outras, as resoluções favoráveis a Cuba no âmbito da CSA - “En el caso de Cuba, reivindicamos el derecho del pueblo cubano a su autodeterminación, así como la eliminación del embargo y del bloqueo” (CSA: 2008) – na medida em que o apoio à luta do povo cubano contra as agressões imperialistas configuram-se como um consenso continental que unifica comunistas, socialistas, cristãos, e outras tradições e correntes políticas do mundo do trabalho.

Não obstante, há mais do que as relações políticas entre os sindicalistas e as organizações propriamente políticas para explicar as transformações no sindicalismo americano. O que queremos afirmar é que tais mudanças reverberam um movimento mais profundo das classes trabalhadoras, que tem a ver com suas experiências de classe (Thompson: 2002). Esse caráter mais estrutural das transformações no sindicalismo das Américas se expressa na produção de um sindicalismo sociopolítico e nas plataformas que sintetizam esse novo momento. Afinal, como a afirmava a ORIT em 2005, a Plataforma Laboral das Américas (PLA), lançada naquele ano, era a “expresión de un consenso frente a los desafíos que los/ as trabajadores/as se planteaban ante al agotamiento del modelo neoliberal” (CSA: 2009) e pela qual o sindicalismo procura “colocar al empleo decente, el desarrollo sustentable, la recuperación del papel del Estado frente al mercado y la participación del movimiento sindical como centro de la misma”. (Idem).

Fundada em 1952, a ORIT tinha como objetivo declarado combater o comunismo no continente americano, vinculando sua atuação diretamente ao Departamento de Estado dos EUA. Tal fato é reconhecido pela academia e pela maior parte dos setores sindicais do continente. Por exemplo, López afirma que a ORIT foi, para a política externa dos EUA, “más importante que la CIOSL (Confederação Sindical Internacional vinculada à social-democracia europeia) en si mesma”. (Lopez, 2002: 131).

Do ponto de vista do sindicalismo, vale mencionar um texto intitulado “As centrais sindicais mundiais”, publicado em 1982 pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) - um movimento importante no processo de fundação da CUT-Brasil – e que deixa bem claro o papel anti-comunista da ORIT até os anos 1980:

“A ORIT foi criada com a clara intenção de ser um instrumento anti-comunista no seio do movimento operário. E tem permanecido fiel à sua concepção original, apoiando, inclusive, vários golpes de Estado que instituíram ditaduras militares na América Latina como em 1964, no Brasil. Ela mantém uma postura reacionária com relação à luta por reformas sociais e pela ampliação da democracia.” (OSM-SP, 1986: p. 18).

Com o fim da guerra fria em fins da década de 1980 e início dos anos 1990, a ORIT investiu na ampliação de sua presença na América Latina, buscando a filiação de tradições sindicais que, embora não fossem comunistas, recusavam se relacionar com um sindicalismo anti-comunista que havia apoiado as forças reacionárias em seus países. A filiação da CUT-Brasil à ORIT, por exemplo, foi decidida em 1992 após uma intensa disputa interna na qual importantes setores minoritários se opuseram a essa adesão.

A mesma resistência se verificou em outros países latino-americanos com tradições sindicais hegemônicas por ideologias e movimentos contestatários e de esquerda, ou mesmo aqueles taxados de “populistas” (Weffort: 1978; Laclau: 2005), conceito amplamente utilizado para explicar a forma como a democracia incorporou as massas trabalhadoras em alguns países da América Latina.

Não obstante, quando a Central Unitária de los Trabajadores (CUT-Chile) acompanha sua colega brasileira e entra na ORIT, esta consolida sua presença na América do Sul, onde inicialmente só contava com a filiada da Confederação Geral do Trabalho (CGT-Argentina).

O importante é salientar que a fusão do sindicalismo americano em uma confederação unitária, embora tenha ocorrido sob a liderança da ORIT, foi animada por um intenso processo de debates e por uma dinâmica social e política distinta daquela que marcou a filiação de diversas centrais sindicais nacionais à ORIT no contexto do pós-guerra fria. Ou seja, havia uma nova experiência de classe orientada, entre outros sentidos, por essa vontade de unificação para além da ação das burocracias sindicais.

Dito de outra forma, é possível afirmar que foi essa nova experiência de classe que empurrou tanto a ORIT para a superação do anti-comunismo quanto possibilitou que diferentes tradições sindicais saíssem de suas zonas de conforto e se colocassem em diálogo aberto rumo a um novo modelo sindical. Ao fim, mesmo setores importantes do comunismo dentro do movimento sindical ou compõe a CSA, como no caso chileno, ou dialogam com ela de modo produtivo, como ocorre no Uruguai e Peru.

Essa nova experiência de classe foi marcada pela relação dos trabalhadores com a hegemonia neoliberal e suas nefastas consequências sociais e políticas. Naquele momento inicial de expansão da ORIT até a América do Sul, o sindicalismo continental enfrentava o auge do neoliberalismo. A situação era de crise para o mundo do trabalho. No bojo do “fim da história” (Fukwiama: 1992), muitos acenavam, precipitadamente, “adeus ao trabalho” (Antunes: 1995). Independente do juízo equivocado que muitos fizeram sobre a derrota definitiva dos movimentos dos trabalhadores e da luta política da esquerda, o fato é que o balanço da década neoliberal (Cardoso: 2003) é trágico para as classes subalternas:

“Estagnação econômica, taxas crescentes de desemprego, profunda reestruturação industrial com destruição de milhões de postos de trabalho, privatização dos serviços públicos e de empresas estatais, flexibilização do mercado de trabalho: estes são apenas os aspectos mais salientes de um movimento mais geral de desregulamentação das relações econômicas”. (Cardoso, 2003:24).

O autor trata especialmente da realidade brasileira. Todavia, uma rápida mirada na bibliografia especializada de outras nações nos mostrará que o mesmo se passou nos demais países do continente. Armelino (2004), Benza e Calvi (2006), Groisman (2008) entre outros demonstram a dura realidade dos trabalhadores argentinos diante do desemprego, do enfraquecimento do poder de negociação dos sindicatos, da flexibilização das relações trabalhistas. Supervielle e Quinones (2001), Senatore e Yaffé (2005) fazem o mesmo para o Uruguai, enquanto Winson (2000) nos mostra a situação canadense. Sobre o Chile é possível consultar Feres (2009), Ensignia (2007), Candia e Aros (2012) entre outros.

Em paralelo, análises e estudos comparativos demonstrando o impacto do neoliberalismo seguem sendo produzidos. Marshall (2006) demonstra a queda das taxas de sindicalização em Argentina, México e Chile, ao passo que Uriarte (2007) analisa as políticas trabalhistas dos governos progressistas, comparando-as com o período neoliberal, mesmo exercício feito por Andrade (2008), ainda que com um recorte

diferente, focados no cone sul, e, igualmente, o que em feito âmbito ainda mais específico do Mercosul por Coronel (2003), Castro (2007) e Carrau (2008).

Novamente é válido recorrer ao diagnóstico feito por Baez. A extensa citação que se segue se justifica tendo em vista que se trata de um importante protagonista desse processo.

“Parece evidente que, ao menos desde os anos 80, o poder do sindicalismo diminuiu ou se estabilizou. Este é um fenômeno em escala mundial, para além das exceções importantes em alguns países. A introdução massiva de novas tecnologias que substituem a mão-de-obra enfraquece a posição dos trabalhadores ao gerar desemprego e, ao mesmo tempo, segmenta a base sindical ao promover ou permitir diversas formas de fracionamento da base ou do coletivo, incluindo, por vezes, o próprio regime jurídico trabalhista. No mesmo sentido, está vigente o que pode ser denominado como «cultura pós-moderna», marcada pelo individualismo, a conseqüente desvalorização do coletivo e a perda ou o enfraquecimento da solidariedade como prática. A informalidade, generalizada na América Latina, desprotege o trabalhador individual e dificulta a representação sindical dos setores onde se expande. Mais do que isso: tais aspectos, já presentes em escala mundial, foram reforçados na América Latina por um modelo de abertura, concentrador e excludente iniciado no fim da década de 1960 e que desembocou na crise dos anos 2000. Sob a influência do Consenso de Washington, a política econômica de praticamente todo o continente alinhou-se com as diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI). Daí surgiram as chamadas reformas estruturais. A eliminação das liberdades políticas, sindicais e sociais implementadas pelas ditaduras e o terrorismo de Estado dos anos 70 e 80 foi a condição de viabilidade de um processo de reestruturação econômica abertamente conservador. Essa contextualização serve para localizar o sindicalismo da América Latina que, além das dificuldades ressaltadas no início, carrega nas costas três décadas de perseguição e enfrentamento de tal intensidade que, em alguns casos, podemos nos perguntar como continuou existindo.” (Baez, 2012: p. 13).

O quadro da criação da CSA é completamente distinto. O neoliberalismo já vivia em

crise de hegemonia diante dos seus trágicos resultados. A contestação e os projetos alternativos ganharam espaço e visibilidade no início do século XXI que eram impensáveis ao longo dos anos 1990.

Baez vai falar em três momentos de transição do sindicalismo americano. O primeiro ajuda a explicar a origem da CSA, enquanto os demais vão dar conta da consolidação e do próprio desenvolvimento da unidade sindical americana. Voltaremos os dois momentos posteriores no próximo item, quando trataremos do sindicalismo sociopolítico. Por agora, basta registrar que o dirigente da CSA reconhece a mudança na conjuntura como elemento fundamental para o sucesso da empreitada unitária:

“Quando teve início a discussão sobre a formação de uma nova central mundial, a ORIT atravessava um processo de consolidação e aprofundamento de suas posições progressistas, que se expressou de várias formas. Em seu Congresso de junho de 2005, em Brasília, a ORIT se apresentou como uma alternativa sindical progressista na região. Ao mesmo tempo, seus vínculos com outros movimentos sociais, como a Aliança Social Continental (ASC), sua oposição à Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), a forte presença de mulheres em seus órgãos diretivos e sua interação com os governos progressistas da América Latina melhoraram sua imagem.” (Baez, 2012: p.13).

Os governos progressistas voltaram a gerar crescimento econômico, retomaram a criação de empregos e produziram alguma distribuição de renda. A redução da miséria, aumento do consumo e da renda e a abertura que esses governos apresentaram para os movimentos sociais em geral - ver, entre outros, Soares Lima (2008); Quiroga, Canzani e Ensignia (2009) - permitiram ao sindicalismo se reposicionar nos debates públicos, o que se dá justamente a partir da noção, forjada no próprio movimento sindical, de sindicalismo sociopolítico.

Ao mesmo tempo, essa noção não foi produzida somente nos gabinetes sindicais ou mesmo nos congressos sindicais que, por mais amplos e legítimos que sejam, sempre implicam em uma redução dos participantes do processo político. Ela é, fundamentalmente, resultado das experiências concretas das classes trabalhadoras,

experiências essas sintetizadas pela vanguarda sindical após intensos debates internos e também externos, com outros atores com os quais procurou estabelecer alianças a fim de resistir ao terremoto neoliberal.

3 – O debate sobre o papel político dos sindicatos

A ideia de um sindicalismo sociopolítico impacta diretamente no clássico debate sobre o papel político dos sindicatos, ou melhor dizendo, no debate sobre como se forma a consciência da classe trabalhadora, uma questão fundamental do pensamento político dos trabalhadores e da própria tradição marxista. Deveria a classe operária ocupar-se apenas das questões relativas ao mundo do trabalho, como defendem diversas correntes do movimento sindical tidas como “economicistas”? Ou ao contrário, teria o proletariado um potencial revolucionário que emerge sem mediações do confronto entre capital e trabalho no chão de fábrica, como fica claro na doutrina anarco-sindicalista tão forte no século XIX e início do século XX em alguns países da Europa (Espanha, Itália, Suíça) e da América (Argentina, Brasil, Uruguai)?

Diante dessas duas posições polarizadas haveria espaço para posições alternativas? Sem dúvida que sim, e elas nos levam diretamente as posições formuladas a partir das formulações de Karl Marx. Não é por acaso, portanto, que o marxismo tenha influenciado tanto e siga influenciando os movimentos políticos que se relacionam com o mundo do trabalho e com as classes trabalhadoras.

Marx e a centralidade dos antagonismos de classes

Marx, junto com Engels, (1998) atribui ao surgimento do modo de produção capitalista uma novidade histórica: ainda que tenha sido precedido por vários outros modos de produção (escravista, feudal, etc.), todos eles divididos por uma classe dominante e por uma classe explorada, o capitalismo simplificou estes antagonismos de classe. Isso se deu porque a burguesia cumpriu um papel revolucionário na destruição do feudalismo, através um forte desenvolvimento econômico e industrial. Esse processo só pode ser entendido com um atento olhar à política e ao papel do Estado na constituição do capitalismo.

Tanto é assim que em sua principal obra, *O Capital* (2013), Marx esforçou-se em demonstrar como a gênese do capitalismo nada tem de econômica ou “natural”. O célebre capítulo sobre a “Acumulação Primitiva” é uma obra prima da reconstrução do caráter político das origens do capital. Marx demonstra que o capitalismo é fruto de uma forte ação política das classes dominantes que usaram o poder do Estado para se apropriar das terras comuns e transformá-las em propriedade privadas, com expulsão violenta dos camponeses, aos quais só restava se tornar proletários. É o primado da política na teoria marxiana que pretendemos destacar aqui.

Nesse sentido, voltando ao tema da “simplificação” da luta de classes, segundo Marx e Engels, a burguesia, ao destruir o feudalismo, leva junto dimensões da vida cultural e social que serviam, muitas vezes, para nublar os antagonismos classistas. Religião, costumes, tudo se desmancha no ar (BERMAN: 1997), restando de pé somente a contradição fundamental entre a classe burguesa dominante e o seu coveiro, o moderno proletariado fabril.

Ou seja, uma vez que se desenvolveu acabando com a dominação feudal, a burguesia não podia fazer como a classe dos senhores feudais e esconder sua própria dominação em aspectos morais ou religiosos. A consequência dessa visão é que o proletariado passa a ter o papel revolucionário de acabar com a dominação capitalista, que pelo seu caráter, é a forma de dominação mais desenvolvida da história.

O aspecto mais vigoroso da teoria de Marx não está presente nos conceitos em si, ou na sua agudeza para descrever os fenômenos sociais da sua época. Marx inaugurou uma forma de pensar que é antes de tudo histórica e humana, colocando o poder de transformar o estado de coisas existentes não em uma força superior ou transcendental, mas na potencialidade da ação dos homens e mulheres históricos.

Esta perspectiva historicista está presente em várias obras do autor. A primeira parte do Manifesto Comunista é aberta com a frase “até hoje, a história de todas as sociedades que existiram até os nossos dias tem sido a história da luta de classes” (1998: p. 40) . No

18 Brumário de Luis Bonaparte (2011), temos uma passagem célebre e muito citada das formulações marxianas, na qual o autor qualifica a sua própria historicidade:

“os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime o cérebro dos vivos como um pesadelo”. (Marx, 2011: p. 25).

Ou podemos citar ainda as 11 Teses sobre Feurbach, outro momento rico dessa concepção histórica e dialética de Marx, que só foram publicadas nos anos 30 do século XX, relegadas, com o conjunto do livro que se chama *A Ideologia Alemã*, “à crítica roedora dos ratos”, conforme as palavras do próprio Marx. Como exemplo, peguemos a tese VIII, que diz que “toda a vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios, que induzem às doutrinas do misticismo, encontram sua solução racional na práxis humana e no compreender dessa práxis.” (Marx e Engels, 2007: p. 539).

Em que pese toda essa vitalidade interpretativa, há uma lacuna no que se refere às análises mais aprofundadas sobre o processo de formação da classe trabalhadora, das dinâmicas de constituição da consciência de classe, apesar das inúmeras passagens e mesmo trabalhos sobre o proletariado. Marx planejava preencher essa lacuna na parte final de *O Capital*, o que não foi possível devido a sua morte.

Assim, o que temos, por um lado, são passagens isoladas cujo sentido é usado pelas mais diversas matrizes marxistas, e por outro, a prática de Marx na I Internacional dos Trabalhadores, onde ele tomou contato com o sindicalismo de vários países europeus, gerando como resultado um entendimento positivo – no sentido da importância política - sobre a ação sindical que visa conquistas parciais no capitalismo. Isso fica claro na resolução da I Internacional (escrita por Marx) sobre a conquista da limitação da jornada de trabalho para 10 horas na Inglaterra: “Ao impor essas leis, a classe trabalhadora não fortalece o poder governamental. Ao contrário, ela transforma esse poder, que hoje é usado contra ela, em seu próprio benefício.” (Musto: 2014, p. 105).
Ou ainda

“Quanto à limitação da jornada de trabalho na Inglaterra, assim como em todos os outros países, ela jamais foi estabelecida a não ser por *interferência legislativa*. Sem a pressão contínua dos operários essa interferência jamais teria ocorrido. Mas, em todo caso, o resultado não poderia ser obtido por um acordo privado entre operários e os os capitalistas. Essa necessidade de uma ação política geral é a prova cabal de que o capital, em sua ação meramente econômica, é sempre o lado mais forte.” (Idem, p.141).

Estes usos diferenciados são marcados pelo que o cientista social Juarez Guimarães (1998) chama de crise do marxismo provocada por uma concepção determinista da história, na qual o socialismo ocorrerá inexoravelmente, sendo, portanto, o marxismo uma ciência infalível por ser a ciência do proletariado que realizará o socialismo. Diz ele, que esta concepção determinista esteve presente no próprio Marx. No filósofo alemão, contudo, havia uma permanente tensão com uma concepção praxiológica da história que já descrevemos e que prevaleceu no autor.

A partir da sua morte, o determinismo começou a se expandir desde Engels, passando pelas Internacionais (segunda e terceira), atingindo, portanto todo o conjunto de reflexões marxistas no século XX. Com essa expansão, muito se fez em nome do marxismo e com a justificativa de que necessariamente o socialismo iria triunfar (desde o apoio à primeira guerra até os crimes de Stálin), fazendo com que no campo das ideias o liberalismo conseguisse fazer triunfar um dogma de que o socialismo não compreende qualquer visão democrática uma vez que não admite as liberdades históricas.

Lênin e a invenção da política

Um dos marcos da concepção determinista é a cristalização do “marxismo-leninismo” em ortodoxia dogmática a ser seguida pelos comunistas e revolucionário do mundo todo, sem levar em conta aquilo que o revolucionário russo Vladimir Lênin - que empresta (contra a sua vontade por certo, na medida em que para ele o marxismo era um método de análise, e não um filosofia da história) seu nome a essa versão ossificada do marxismo - chamava de “análise concreta da realidade concreta” (1979).

Lênin, de fato, foi um revolucionário e teórico cujas formulações elevaram-se ao patamar daquelas elaboradas por Marx, no sentido em que isso significa organizar um conjunto de conceitos e um método de análise que responde às necessidades históricas dos trabalhadores em um determinado processo político e que serve de base para novas elaborações que surgem desde o mundo do trabalho.

O ponto alto das concepções lenianas – aquele em que Lênin supera dialeticamente (Coutinho: 1994) a obra de Marx – está na centralidade da política para a classe trabalhadora (Gruppi: 1979). Política como dimensão distinta da econômica e que produz um tipo de luta mais completo e universal do que aquela que surge na luta sindical imediata. Política como unidade entre teoria e ação, teoria entendida como compreensão dialética da realidade vivida, no caso, o sistema capitalista em sua generalidade e também com suas especificidades históricas e nacionais.

Para Lênin (1978), a consciência de classe que um operário desenvolve nas lutas sindicais estritamente econômicas é necessariamente parcial e limitada. No chão de fábrica, afirmava o revolucionário russo, é impossível para o trabalhador conhecer plenamente as dimensões do funcionamento da dominação capitalista. Encerrado em suas demandas por melhores condições de trabalho, por melhores salários, pleiteadas através do sindicato, o operário não vê nada além do seu patrão que o oprime, sem se dar conta que se trata, na verdade, de uma questão de classe.

Mesmo que o movimento sindical já tenha atingido um grau de desenvolvimento que organize lutas unificadas, as pautas econômicas mantêm o problema dos limites da consciência de classe: assim, de acordo com Lênin (2008), os trabalhadores, mesmo que atuando em conjunto em alguma dinâmica intersindical, não serão capazes de compreender o papel político da dominação capitalista e não conseguirão atingir a consciência de que o Estado é tão parte do sistema quanto os patrões.

Diante desse diagnóstico, Lênin propõe uma atuação eminentemente política dos revolucionários. Se o sindicato não possui um papel que vá para além das importantes

conquistas parciais, de melhores condições para o trabalho ser explorado, sem atacar os fundamentos da exploração, é preciso então construir um instrumento que cumpra esse papel. No caso, o partido dirigente da classe, organizado, coeso, teoricamente preparado, capaz de levar aos trabalhadores a consciência revolucionária necessária para a transformação.

O contexto político enfrentado por Lênin ajuda a entender a formação da sua visão sobre o sindicalismo. Por um lado, o regime czarista altamente fechado, que impulsionava uma forte industrialização baseada por sua vez em uma superexploração do operariado. Lênin sabia disso desde o “Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” (1979), e concluíra que não bastava lutar através dos sindicatos para alterar esse curso capitalista.

Por outro lado, o líder bolchevique estava envolvido nas polêmicas próprias do movimento de esquerda europeu e, sobretudo, o russo. Lênin combatia tanto as concepções economicistas que defendiam a centralidade da luta através dos sindicatos quanto as visões voluntaristas que pregavam ação direta contra o Tzar. Ambas as formas de luta eram, para ele, não políticas, na medida em que não atacavam a raiz da dominação capitalista, e serviam na verdade para desviar o proletariado do seu papel revolucionário.

Outros contextos produziram outras visões ao longo do século XX. O “marxismo-leninismo” se tornou uma concepção ortodoxa, burocratizada, seguramente contra a vontade dos dois revolucionários que lhe emprestam o nome. As experiências de luta dos trabalhadores se multiplicaram, partidos e sindicatos são responsáveis por diversas conquistas concretas para as classes trabalhadoras. Estas forjam sua consciência em novas experiências de classe que nem Lênin e tampouco Marx poderiam prever ou antecipar.

Dentre as muitas opções de reflexões e formulações que surgiram sobre o papel dos sindicatos nos últimos 100 anos, escolhemos mobilizar para este artigo especialmente uma, aquela que surge do marxismo inglês dos historiadores Edward Palmer Thompson

e Erick Hobsbawm. Ambos pesquisaram o sindicalismo inglês dos séculos XVIII e XIX para pensar os processos de formação da classe operária.

Thompson afirma no seu livro clássico “A Formação da Classe Operária Inglesa” (1987) que a década de 1830, com o movimento cartista, completa o processo de formação da classe, sintetizando experiências dos trabalhadores ingleses que vem desde 1790, quando as agitações da revolução francesa chegaram à Grã-Bretanha, passando por toda uma série de lutas que envolveram temas como direito ao voto e organização sindical.

Já Hobsbawm, trata do tema em diversos artigos reunidos na coletânea “Mundos do Trabalho” (2000), onde ele elege a fundação do Partido Trabalhista em 1900 como momento decisivo da formação da classe, momento síntese das mesmas experiências de classe que Thompson analisara, acrescentando as redes de proteção social que os trabalhadores ingleses criaram e que foram fundamentais para forjar sua solidariedade de classe.

Fazer-se da classe e consciência política: o marxismo de Thompson

Apesar de travarem um “duelo” sobre quando teria se dado a formação da classe trabalhadora inglesa, Thompson e Hobsbawm partem das mesmas premissas teórico-metodológicas, que emergiram inicialmente das pesquisas de Thompson, especialmente o conceito de *experiência* de classe. Com ele, Thompson pretendia romper com a dicotomia das categorias clássicas do marxismo-leninismo “*classe em si e classe para si*”, e também as metáforas de infraestrutura e superestrutura - na qual a classe trabalhadora apresentaria estágios variados de consciência de classe – a primeira econômica e a segunda política, e o que acabava por desvalorizar as resistências, as formas de organização, os valores produzidos pela classe trabalhadora nos momentos em que ela ainda seria “classe em si”, ou seja, apenas enquanto homens colocados na mesma posição do processo de produção. (THOMPSON:2002)

Para Thompson, o processo de consciência de classe é mais complexo do que essa

dicotomia é capaz de apreender, e é fruto do conflito: os homens e mulheres só têm consciência de que são uma classe na medida em que formulam ações e valores comuns, em oposição a outra classe. Ou seja, a classe não existe simplesmente pela sua posição no processo produtivo. De fato, ela só passa a existir enquanto classe social quando tem consciência de si enquanto ser coletivo. Tal processo é conceitualizado por Thompson como “o fazer-se da classe”, um “fenômeno histórico”, não uma “estrutura”, tampouco uma “categoria”, mas sim “algo que ocorre efetivamente (e cuja consciência pode ser demonstrada) nas relações humanas” (Thompson, 1987: 9). A melhor síntese dessa noção thompsoniana está no clássico prefácio à *Formação da Classe Operária Inglesa*: “classe é um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência quanto da consciência.”. (Idem, p. 16.).

Essa passagem é importante não apenas porque recoloca a problemática da análise histórica no conceito de classe, mas também porque amplia nosso entendimento teórico sobre esse fenômeno, valendo tanto para a experiência acerca da exploração sofrida no dia a dia quanto à consciência de classe pensada enquanto fenômeno coletivo. Por exemplo, os movimentos de contestação à ordem da classe operária inglesa ganharam mais força a partir de 1815, quando a revolução industrial se consolidou e, por consequência, a exploração capitalista. Contudo, esses movimentos eram resultado e continuidade de uma série de tradições políticas e culturais das “classes trabalhadoras” anteriores e contemporâneas à revolução industrial, tradições essas tidas pelo “marxismo ortodoxo” como “apolíticas”, “fragmentárias”, “individualistas” e mesmo “reacionárias”.

Dialeticamente, Thompson prossegue afirmando que essa experiência com relação à exploração industrial forjou movimentos das classes trabalhadoras que num processo de diálogo constante com as suas tradições (ou seja, com as experiências passadas) possibilitou, já em 1830, uma síntese desses movimentos em uma consciência de classe unitária e coerente que para além do ludismo ou do jacobinismo radical, “tinha uma identidade de interesses entre todos os diversos grupos de trabalhadores contra os interesses das outras classes” (Thompson, 1987: p. 17). . Estava formada a classe

trabalhadora, com instituições sólidas e autoconscientes.

É nesse sentido que o historiador inglês afirma que não existe classe sem consciência de si própria, o que se dá historicamente no processo de lutas sociais, quando constroem uma identidade comum, elaboram um projeto alternativo, constituem formas organizativas coletivas que propagam essa identidade e esse processo. “Classe e consciência de classe são o último degrau e não o primeiro, de um processo histórico real”. (Thompson, 2002: p. 274-275).

A diferença em relação às concepções ortodoxas do marxismo (que Thompson chama de “leninistas-platonistas”) é evidente: ao invés de classe como categoria estática, classe como processo histórico; no lugar de verdadeira ou falsa consciência, consciência histórica. Com estas concepções, impede-se a substituição da classe por uma vanguarda iluminada ou por um partido único e infalível.

Neste sentido, sendo a classe e consciência de classe o último estágio do desenvolvimento histórico concreto, o primeiro seria o conceito de luta de classes. Novamente nosso autor busca recuperar toda a vitalidade da obra de Marx ao reivindicar esta noção carregada de significado histórico para análise das sociedades passadas ao invés do binômio forças produtivas e relações de produção, usado prioritariamente pela tradição determinista. Para ele, sempre ocorreu “luta de classes sem classes”. (Idem, p. 271-272).

Todo esse conjunto de formulações e esse método de análise encontram-se brilhantemente sintetizado no último capítulo de *A Formação da Classe Operária Inglesa*, chamado não por acaso de “Consciência de Classe”, no qual o nosso autor desenvolve com toda a profundidade sua tese de que a classe operária inglesa se formou no período de 1790 até 1830, como resultado de um processo de tomada de consciência histórica que passou pelo ludismo, jacobinismo, owennismo, com papel fundamental para a imprensa radical e reformista e que teve o seu estágio final a partir de 1824, quando o fim das leis que proibiam a associação possibilitou aos trabalhadores construir suas próprias organizações (Trade Unions) , ao mesmo tempo em que

rompiam com a pequeno-burguesia e com a burguesia industrial cujo projeto de reforma tinha o limite da não inclusão das camadas populares, manifestado claramente na oposição ao sufrágio universal.

A luta por reformas ganha então, segundo Thompson, uma nova dimensão, organicamente vinculada com a classe trabalhadora e com um projeto de transformação (revolucionário), sendo expressa pelo movimento Cartista. Seguir o curso desse processo não é nosso objetivo aqui, embora tenha sido exatamente isso que fez o historiador inglês Erick Hobsbawm, cujas teses sobre a formação da classe operária inglesa serão analisadas em seguida.

Hobsbawm e a formação da classe

Hobsbawm não aparenta ter divergências com relação ao que podemos chamar de método de Thompson sobre a formação da classe enquanto um processo histórico, forjado pelas próprias experiências da classe. Tanto é assim que no primeiro artigo da coletânea “Mundos do Trabalho”, “Notas sobre a consciência de classe”, ele afirma que ainda que a classe seja um fenômeno relativamente antigo, surgido com a desagregação das sociedades baseadas no parentesco, “a consciência de classe é um fenômeno da era industrial moderna” (Hobsbawm, 2000: p. 36), o que sem dúvida se aproxima da formulação de Thompson de luta de classes sem classe. Não foi a toa que, no artigo “A Formação da Cultura da Classe Operária Britânica” ele afirme que “E. P. Thompson acertou ao intitular seu grande livro de A Formação da Classe Operária Inglesa, embora ele termine em 1830”. Para Hobsbawm, a classe operária inglesa estava apenas começando.

Isto porque para ele, no período anterior a 1830, as classes trabalhadoras urbanas e industriais viviam completamente estancadas das classes médias e altas, o que é natural em um processo histórico novo e até contribui para a sua formação de identidade. Porém, esta identidade produzida nestes primeiros anos era fruto do acúmulo político de uma minoria da classe, daqueles elementos que participavam do movimento operário e que não traduziam o conjunto da classe, pelo menos até o fim das guerras napoleônicas.

Neste sentido, o autor também confere uma grande importância para o movimento cartista no sentido de formador de uma consciência de classe orgânica aos trabalhadores. Porém, apresenta alguns limites, que para ele estão nas próprias condições históricas em que se encontravam a industrialização e a classe operária naquele momento. Para Hobsbawm, só podemos falar em classe operária formada quando esta se torna proletariado fabril. O que ele quer com isso é qualificar as experiências que seriam fundamentais para esta formação da classe que ele está defendendo, cujos processos se desenvolveram a partir de 1848, quando o movimento operário esteve em baixa pelas três décadas seguintes, completando-se na década de 1880, com o “novo sindicalismo” e a formação do Partido Trabalhista

Foram necessários três elementos para compor este processo: a noção de que o capitalismo era nacional e permanente, não no sentido de que era impossível transformá-lo, mas sim de que ele não era um acidente de percurso. Segundo, derivando deste primeiro, foi a constituição da Grã-Bretanha industrial, segunda etapa da revolução industrial. Em terceiro veio a formação de uma camada do operariado que se diferenciava do restante da classe, no sentido da sua posição social (algo como classe média baixa), mas cuja ligação não podia ser quebrada, pois dela dependia seus privilégios. Essa aristocracia operária estava vinculada aos principais sindicatos da classe e por isso fornecia seu padrão de vida como modelo para o conjunto dos trabalhadores, estimulando-os à organização.

Mesmo atribuindo prioridade para este período na formação da classe operária, Hobsbawm não quer incorrer nos erros apontados por Thompson de não analisar o processo histórico ou de atribuir à formação da classe operária um sentido externo ou econômico. Por isso ele reafirma os laços existentes entre as experiências pré-industriais (ou da primeira fase da revolução industrial, ainda restrita) evidenciadas nas canções folclóricas que sobreviveram até metade do século XX, ou mesmo nas atuações nos sindicatos, cuja função era a de organizar especialidades.

Contudo, foi a partir da década de 1880 que a cultura operária se tornou dominante entre

os trabalhadores, assim permanecendo boa parte das identidades de classe, como o futebol por exemplo. Nunca tantos trabalhadores se identificaram como “nós” e, principalmente contra “eles”, o que se refletiu no sistema bipartidário britânico. Uma rede de solidariedade e de auxílio mútuo funcionou pelo menos até 1945, em substituição e por fora do Estado, quase que totalmente dominado por “eles”, com exceção de algumas municipalidades. (Hobsbawm, 2000: p. 285).

Em suma, para Hobsbawm, só neste período é que a classe operária se fez classe, a partir sim de suas próprias experiências e identidades, atreladas a um processo histórico de industrialização da sociedade, como não poderia deixar de ser, e que fica claro no último capítulo da coletânea que foi analisado, “O Fazer-se da classe operária 1870-1914”, no qual Hobsbawm, além de confirmar os argumentos dados no artigo anterior acrescidos de dados estatísticos novos a cerca da crescente industrialização e da construção da identidade de classe, apresenta aspectos de consciência de classe que se formou nesse período para confirmar sua hipótese. Por exemplo, falando sobre as opções socialistas de um líder sindical mineiro, o autor diz que

“sua escolha também expressava uma consciência de classe visceral, militante e profunda, que encontrava expressão visual em sua maneira de vestir, no caso o característico boné na cabeça que estaria presente na classe operária a partir de 1870, atingindo o seu ápice em 1914”. (Hobsbawm, 2000: p. 300).

Não custa repetir que o objetivo desse estudo não é “arbitrar” qual dos dois marxistas britânicos estariam certos na datação da formação da classe trabalhadora inglesa. Por isso, para seguirmos na conceitualização do sindicalismo sociopolítico, é fundamental produzir uma síntese desse debate.

O papel político dos sindicatos: definindo o sindicalismo sociopolítico

Para o nosso esforço de caracterizar o sindicalismo sociopolítico e estudar seu desenvolvimento a partir da CSA, é imperativo admitir que as concepções e conceitos formulados por Thompson e Hobsbawm são igualmente válidos por recuperarem a dialética dos processos históricos que constituíram o fazer-se da classe operária. Seja o

aspecto processual e praxiológico de Thompson, seja na constatação feita por Hobsbawm de que “a formação da classe não é “um processo com início, meio e fim, como a construção de uma casa. As classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, ou de terem adquirido sua feição definitiva. Elas continuam a mudar”. (Idem, p. 301).

Uma boa síntese dessa discussão encontra-se em Huw Beynon e seu artigo sobre os processos contemporâneos de reestruturação produtiva pelos quais passa a classe trabalhadora, que mesmo quando os padrões tecnológicos e industriais são alterados, a classe mantém seus valores e identidades, desenvolvendo-os ante a nova realidade. Assim, a classe operária inglesa não se forma em 1830, como afirma Thompson, mas “na realidade ela teria passado, e continuaria passando, por um processo permanente de fazer-se e refazer-se, tomando como referência, a cada momento, instituições e valores já estabelecidos”. (Beynon, 1996: p. 6).

Não há nessa formulação de Beynon uma negação de Thompson. Ao contrário, a historiador e marxista inglês é sempre atribuído a primazia na concepção do fazer-se enquanto conceito crucial para a compreensão do fenômeno histórico que é a formação das classes sociais. O que se coloca de novo é noção do refazer-se, de continuidade deste processo ao longo da história.

De nossa parte, o que pretendemos contribuir é enfatizando o papel do político na formação da classe trabalhadora. Thompson e Hobsbawm se puseram a investigar as experiências concretas da classe, sem reificar o lugar de produção. Tal “polêmica” pode ajudar a pensar o papel dos sindicatos em contextos políticos distintos daquele vivido por Lênin e que inspirou a teoria do partido que veio a ser dominante na esquerda.

Nesse sentido, é importante frisar que os dois marcos escolhidos por Thompson e Hobsbawm são políticos, momentos em que a classe trabalhadora organizou instrumentos de representação de suas vontades em outra esfera que não a social/sindical. Porém, em ambos os casos, a dimensão “econômica” das lutas é inseparável da dimensão política. O mérito dos historiadores então está em mostrar que o sindicalismo é sim ação política da classe trabalhadora, fundamental para a construção da sua

consciência, e o mesmo se pode dizer de várias outras formas de resistência, de organização coletiva e de valores produzidos pelos trabalhadores, como as revoltas contra o preço do pão (Thompson) ou as canções folclóricas do século XVIII e que sobreviveram até a primeira metade do século XX (Hobsbawm). Ao mesmo tempo, ao escolher o cartismo e o trabalhismo como chaves explicativas para a formação da classe trabalhadora inglesa, Thompson e Hobsbawm recusam a concepção do “tudo é política”, isto é, uma hiperpolitização do social que ignora as especificidades da esfera política e das dinâmicas de representação das classes subalternas.

É justamente esse entendimento que pode balizar uma reflexão teórica sobre a noção de sindicalismo sociopolítico, nascida ela própria nas experiências dos trabalhadores e do sindicalismo. Assim, os sindicatos não estão condenados a exercer uma função meramente reivindicatória, pautados exclusivamente em demandar melhorias nas condições de trabalho. Quando um sindicato age assim ele está fazendo uma escolha, está optando por uma forma de atuação política dentre muitas disponíveis para ação coletiva sindical.

Ivan Gonzáles, assessor político da CSA, afirma que a ideia de um sindicalismo sociopolítico nasce ainda nos anos 1980, no início da hegemonia neoliberal.

“Foi uma resposta do movimento sindical à nova situação política e econômica. Os sindicatos estavam perdendo força, e para contornar isso era preciso reorganizar a intervenção política: no pós-guerra os sindicatos, com alto poder de negociação em Europa, EUA e alguns países do continente americano, se fixaram exclusivamente nas pautas do mundo do trabalho. Com o processo de reestruturação produtiva era preciso sair desse isolamento, organizar um debate conjunto com outros atores sociais e políticos, como os partidos e movimentos sociais. Era preciso unidade entre as dimensões do trabalho e as demais reivindicações e lutas da esquerda.” (entrevista ao autor realizada em 20/10/2014).

Ainda segundo Gonzáles, essa construção foi muito prejudicada pelo contexto político do fim da guerra fria. A queda do muro de Berlim em 1989 e o fim da União Soviética

em 1991 geraram consequências para toda a esquerda, mesmo para aquelas correntes e tradições que não se reivindicavam comunistas. Por isso, Gonzáles afirma que

“Os sindicatos já estavam em dificuldade, e a situação piorou. O neoliberalismo veio com mais força. O problema maior foi que os partidos de esquerda, nossos principais parceiros nesse sindicalismo sociopolítico, entraram em profunda crise. Com os partidos voltados para resolver seus problemas internos, suas divisões em torno do debate sobre como renovar o programa de esquerda para a nova situação, ficou mais difícil para o movimento sindical sair do isolamento e se apresentar como um ator político para além das pautas trabalhistas e sindicais.” (Idem).

A nova dinâmica política de final dos anos 1990 e início do século XXI reconstituiu as condições para que o movimento sindical avançasse na configuração de um sindicalismo sociopolítico. A formação de alianças entre o movimento sindical e os demais movimentos sociais a partir das lutas concretas foi fundamental para que o sindicalismo aprofundasse seu movimento de constituição de uma consciência, de uma prática e de um programa sociopolítico.

Na resistência à proposta de uma Área de Livre Comércio das Américas, o conjunto da sociedade civil organizada se juntou na medida em que os países fechavam os espaços de negociações específicos para trabalhadores, camponeses, ambientalistas, etc. Assim, em 1997 os movimentos sociais e sindicais promovem o primeiro ato de rua conjunto contra uma reunião ministerial da ALCA, quando lançaram uma declaração política e convocaram para 1998 a primeira *Cumbre de los Pueblos*. Todo esse processo se intensificou com as grandes manifestações anti-globalização que tomaram lugar em Seattle no ano de 1999, em paralelo a uma reunião de Cúpula da OMC:

“Os impactos das manifestações sociais frente à Cúpula de Ministros da OMC reunida em Seattle foram de três tipos: primeiro, fundamentalmente, na intensidade das ações, perante a evidência de que aumentar o tom e a belicosidade podia trazer bons resultados. Como de fato ocorreu com a suspensão da Cúpula, seja porque isso tenha sido um efeito direto em cima dos

negociadores, seja porque fez com que a conferência saísse à luz pública e, assim, (...) com a atenção do público sobre o porquê das mobilizações, se exercia mais pressão sobre os governos. O segundo impacto foi que um maior número de pessoas e organizações começou a enxergar na OMC o mesmo tipo de questões que no continente se expressavam através da ALCA e resolveram se envolver no tema, geralmente atraídos pelo tom do protesto estimulado pelo caldo de cultura dos impactos negativos da globalização neoliberal na região para amplos setores da sociedade. Finalmente um terceiro impacto foi sobre a radicalização dos posicionamentos: muitos setores da sociedade civil organizada e de partidos políticos de esquerda que até então permaneciam alheios a questão começaram a se envolver e a elaborar diagnósticos mais radicais do que os até agora utilizados pelos movimentos hegemônicos pela visão mais moderada dos sindicatos e ONGs do norte. Os setores mais radicais se engajaram na luta e pressionaram os primeiros e mais moderados movimentos a abandonarem as estratégias de diálogo mantidas até então”. (BERRON: 2007, p. 260).

Prossegue Berron afirmando que todo esse processo impactou fortemente o movimento sindical continental já cansado das negativas que vinham dos governos para com as suas pautas. E, como resultado político dessa dinâmica, forjou-se uma Aliança Social Continental na qual sindicatos e movimentos sociais se unificaram a partir da bandeira “Não à ALCA”, consolidando, dessa maneira, um processo unitário que não apenas botava fim ao isolamento político vivido no auge do neoliberalismo como também forjava uma consciência e práticas sindicais para além da dimensão trabalhista e economicista, calcada em atos de rua como estratégia de enfrentamento e também na elaboração de um projeto de integração continental e de desenvolvimento econômico alternativo aquele defendido pelo imperialismo.

Esse esforço de elaboração se tornou ainda mais forte e evidente com os novos temas que passaram a compor a paisagem sindical. Por exemplo, a questão de gênero e a questão ambiental emergem com centralidade inédita (WACHENDORFER: 2007) para um sindicalismo que não mais se conforma em debater as pautas trabalhistas isoladamente, mas que pretende organizar e debater um projeto de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo.

Ao mesmo tempo, temas como democracia sindical e “autoreforma” do sindicalismo ganham força. Afinal, como afirma Gonzáles, “a sociedade não aceita dialogar com um ator, no caso o movimento sindical, que se organiza de modo vertical, burocratizado, sem transparência com relação aos recursos, sem a presença de mulheres, de jovens.” Essa postura autocrítica do sindicalismo americano é fundamental para a constituição do sindicalismo sociopolítico, coroando o o momento da segunda transição, quando “o coração desse enfoque reafirma o conceito de «sindicalismo sociopolítico», projetando um claro sinal do papel que a organização sindical pretende assumir na sociedade”. (Baez, 2012: 15).

Momento este que tem na Plataforma Laboral das Américas (PLA) não somente uma síntese programática inicial mas também um instrumento político-programático para impulsionar as lutas, um “punto de partida para iniciar un nuevo rumbo histórico para todos nuestros pueblos y naciones, capaz de proyectarse a todos los hombres y mujeres del mundo.” (CSA: 2009).

Trata-se na verdade de um processo que segue se desenvolvendo após 2005 nos debates internos do sindicalismo, em seus diálogos com outros atores, a partir dos acúmulos da nova situação política vivida no continente, com pelo menos dez anos de experiência dos governos progressistas. O resultado foi uma nova proposta programática, a Plataforma para o Desenvolvimento das Américas (PLADA), que inaugura para o sindicalismo americano “un nuevo ciclo de iniciativas sociales y políticas” (CSA: 2014). Elaborada em 2014, seu objetivo “es avanzar por el camino del bienestar social con sustentabilidad ambiental y ampliación de la democracia participativa, respondiendo a desafíos inéditos de una época singular que vive nuestra región”. (idem).

Em paralelo a essa dinâmica de renovação política, programática e organizacional do sindicalismo resultante do seu aliancismo com outros movimentos sociais das demais frações das classes trabalhadoras há uma segunda dinâmica política que é decisiva para a configuração do sindicalismo sociopolítico, a saber, a emergência dos governos progressistas na América Latina, fenômeno novo na história da classe trabalhadora do continente. Afinal, pela primeira vez partidos e movimentos de esquerda chegaram à

direção de diferentes Estados nacionais.

4 – A dialética do sindicalismo sociopolítico e o ciclo dos governos progressistas da América Latina

Se, como afirmamos no debate sobre o papel político dos sindicatos, a esfera da representação política é central no processo de formação das classes trabalhadoras, é impossível pensar no atual sindicalismo sociopolítico americano sem relacioná-lo dialeticamente com a crise do neoliberalismo no continente e as consequentes vitórias político-eleitorais de partidos de esquerda e progressistas em diversos países. Por isso, é fundamental esmiuçar essa dialética que se dá entre sindicalismo sociopolítico e a nova conjuntura política da América Latina.

O ciclo dos governos progressistas

O continente sul-americano vem protagonizando uma das transformações mais significativas no contexto político mundial. A hegemonia neoliberal que abarcou a totalidade de países da região foi substituída por uma onda de vitórias eleitorais de partidos e movimentos progressistas que propõem a ruptura com o neoliberalismo. Ainda que com enormes diferenças entre eles, com contradições e impasses relacionados à dinâmica interna de cada um – por exemplo, constrangimentos internacionais, limitadores institucionais, capacidade econômica, grau de mobilização da sociedade civil, existência ou não de partidos e sindicatos consolidados, maior ou menor inexperiência administrativa, peso do Estado, consequências sociais do neoliberalismo, entre outros – tais governos de esquerda tiveram sucesso em superar o ideário neoliberal, ao menos no âmbito do Estado. (Soares Lima: 2008).

Além de Chávez na Venezuela, que venceu em 1998 e foi reeleito em 2006 e 2012, e cujo falecimento não impediu a continuidade do processo “bolivariano” com a vitória de Nicolas Maduro nas novas eleições de 2012, podemos incluir nesta lista de governos liderados por forças de esquerda e/ou progressistas que constroem uma agenda diferente daquela típica do neoliberalismo os governos da Concertacion Chilena, aliança de

centro-esquerda que governo o país entre 1990 e 2010, e que retornou ao poder com Michele Bachellet em 2014; Lula no Brasil, que venceu a primeira vez em 2002 e foi reeleito em 2006, e que fez sua sucessora a atual presidenta brasileira Dilma Rousseff em 2010, reeleita recentemente em 2014; Nestor Kirchner, que venceu o pleito presidencial argentino em 2003, e que foi sucedido pela sua esposa Cristina Kirchner em 2007, sendo ainda reeleita em 2011; Evo Morales na Bolívia em 2005, com reeleição em 2009 e 2014; o Uruguai com Tabaré Vasquez em 2005 e Pepe Mujica em 2010, e com provável nova vitória de Vasquez em 2014 ; Rafael Correa no Equador, eleito em 2006 e reeleito em 2009 e 2013; Daniel Ortega na Nicarágua, eleito em 2006 e reeleito em 2011; Fernando Lugo, eleito no Paraguai em 2008; Mauricio Funes em El Salvador, eleito em 2009 e que fez Salvador Sanchez Cerem seu sucessor em 2014; e por fim a vitória de Ollanta Humala no Peru no ano de 2011.

Muitas dessas vitórias foram precedidas de um crescimento político-institucional anterior, na medida em que as forças que faziam oposição ao neoliberalismo se aproveitavam dos resultados sociais negativos gerados pelo arrocho fiscal e salarial, pelo desemprego e pelas privatizações. No Brasil, o Partido dos Trabalhadores venceu desde os anos 1980 eleições em capitais como São Paulo e Porto Alegre, e em estados importantes como o Rio Grande do Sul. O mesmo ocorreu no Uruguai, com a Frente Ampla obtendo importantes êxitos eleitorais em Montevideú e com crescente participação no parlamento, chegando a 40% das cadeiras em 1999. Na Argentina, a vitória de Fernando de La Rúa em 1999 foi uma das derrotas mais significativas do neoliberalismo na América do Sul, pois o ex-presidente Carlos Menem foi um dos principais fiadores do neoliberalismo na região.

Essas vitórias foram resultado também de uma dinâmica social mais ampla de oposição ao neoliberalismo. A América Latina era palco de algumas das principais mobilizações de resistência ao neoliberalismo desde o início da década de 1990, como o Fora Collor no Brasil em 1992; no mesmo ano em que, na Venezuela, o militar Hugo Chávez é preso por uma tentativa de golpe que pode ser vista como desdobramento do levante popular de 1989 conhecido como Caracazo; o levante zapatista em Chiapas no ano de 1994; o Grito dos Excluídos que ocorreu desde 1995 e foi internacionalizado em 1999; a

Marcha dos 100 Mil organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) em 1999; a Guerra da Água na Bolívia, contra a privatização deste recurso natural em 2000; no Equador os movimentos indígenas derrubaram quatro presidentes entre 1997 e 2000 repudiando as políticas neoliberais no país. A Aliança Social Continental unificou, entre os anos de 2001 a 2005, diversos movimentos sociais, sindicatos e partidos na vitoriosa luta contra a ALCA. O processo Fórum Social Mundial é a síntese desse processo de resistências, assim como marca a transição para a nova etapa de construção de uma agenda pós-neoliberal.

Interpretar esse processo político se constitui em um desafio das ciências humanas e sociais latino-americanas. Diversas visões se colocam no debate, com análises que afirmam o surgimento de um pós-neoliberalismo tendo que enfrentar a crítica daqueles que enxergam justo o oposto, uma continuidade da hegemonia neoliberal na América Latina.

Nesse estudo, optamos por afirmar que todos esses governos progressistas geraram, ao menos, uma paralisação na hegemonia neoliberal nas Américas. Contudo a construção de uma nova agenda não se deu de maneira linear em nenhum desses casos. A nova situação de comandar o governo central de um país após décadas de ação política oposicionista e de resistência criou um desafio estratégico sobre qual a melhor forma de construir uma agenda pós-neoliberal e que agenda é esta.

Os partidos, intelectuais, movimentos sociais do campo anti-neoliberais foram colocados diante de uma nova situação de ter que, positivamente, apresentar e implementar suas propostas e alternativas. Esse novo quadro gerou dilemas, impasses e contradições que, por sua vez, provocaram divergências entre os agentes progressistas e da esquerda, e em alguns casos com rupturas significativas em atores antes acostumados a construir unidades. Como afirma Codas (2013)

“Os governos progressistas latino-americanos se desenvolveram nesse contexto inédito, utilizando as oportunidades abertas, em termos geopolíticos, pela diminuição da pressão norte-americana na região e, em termos econômicos, pela renda extra gerada pelos preços altos de seus produtos de exportação

(commodities minerais, agropecuárias, energéticas etc.). Mas, ao mesmo tempo, são herdeiros daquela “desorganização programática” provocada pela crise terminal da experiência socialista do século XX. São governos que definiram seus programas ao calor dos embates políticos, embora guiados por um conceito comum de busca de uma melhor distribuição da renda e de eliminação da pobreza.” (Codas, 2013:7)

Se durante o ciclo neoliberal, a convergência era construída com base na resistência às políticas dos governos, a partir das vitórias da esquerda e os processos unitários ficaram mais difíceis de serem construídos porque os protagonistas da sociedade civil, bem com os partidos, elaboraram visões distintas sobre as vicissitudes políticas da agenda pós-neoliberal.

Estas vicissitudes surgem em todos os países pelos mais variados motivos, como (i) a inexperiência em lidar com a máquina pública, (ii) os constrangimentos econômicos e geopolíticos internacionais, (iii) os limitadores institucionais internos – desde o alcance do poder dos presidentes, da divisão de poderes, da existência ou não de um regime federalista – (iv) a capacidade econômica que cada país apresenta, o que pode ser medido a partir da presença de matérias-primas, da existência de um parque industrial desenvolvido, do aparato de infraestrutura; (v) as diversas concepções políticas que sustentam estes governos, tais como o caráter autoritário de alguns atores ou a adesão de outros a pontos do programa neoliberal; (vi) o descompasso entre as iniciativas do governo e as demandas de base histórica destes governos e, por último (vii) o fato de que os setores sociais que se beneficiaram do neoliberalismo ao longo dos anos 1990 permanecerem poderosos economicamente e fortemente organizados politicamente na oposição, muitas vezes com amplos poderes nos parlamentos e nos grandes meios de comunicação.

As resoluções políticas da CSA e ação sociopolítica do sindicalismo

É exatamente nessa contradição entre os impasses gerados pela ação de governar o Estado capitalista e as possibilidades de transformação que isso gera que o sindicalismo sociopolítico se apresenta como ator político estratégico, sempre atuando a partir das

suas resoluções políticas congressuais e das elaborações programáticas sistematizadas nas duas plataformas políticas, a PLA e a PLADA, visando “luchar para profundizar los cambios alcanzados en el continente, con mejor distribución del ingreso, más protección social, más justicia social y más participación en las decisiones” (CSA: 2012) e ainda tentando “ plantear un modelo alternativo de desarrollo. (Idem).

Desde o seu congresso fundador a procurou reconhecer a positividade da nova conjuntura política continental sem, contudo, abrir mão de identificar os limites e apontar caminhos para que o processo avance no que tange aos interesses das classes trabalhadoras americanas. O aspecto positivo aparece na medida em que tais governos contribuem para a resolução do objetivo máximo do sindicalismo continental unificado, qual seja,

“la tarea de combatir la pobreza, la explotación, la opresión y las desigualdades, garantizar las condiciones para el disfrute de los derechos humanos universales, y promover una representación eficaz de los trabajadores y trabajadoras en las Américas. La CSA reconoce que, para tener éxito en esta tarea, deberá asumir la acción del movimiento sindical en función de los desafíos y retos que plantea la globalización, hacer que la acción sindical internacional forme parte integral de la labor de las organizaciones sindicales nacionales, y movilizar la acción de los/as trabajadores/as del continente para apoyar sus objetivos.” (CSA:2008).

Assim, por um lado, não restam dúvidas de que o neoliberalismo caminha na contramão dos objetivos acima destacados.

“La globalización ha tenido costos muy altos para nuestros pueblos y desde la perspectiva del desarrollo sostenible el modelo neoliberal global ha fracasado rotundamente. No sólo en las regiones marginadas sino también en los países en los que la globalización es percibida como un proceso exitoso. En las Américas, desde el advenimiento del modelo neoliberal, todos los indicadores sociolaborales muestran un deterioro muy significativo: desocupación, precariedad laboral, deterioro de la calidad de vida, persistencia de la pobreza y exclusión, crecimiento de la desigualdad social. . Las políticas neoliberales de

reducción del papel del Estado y la privatización de los servicios públicos han contribuido enormemente para este estado de cosas. Las empresas multinacionales no pudieron proporcionar servicios esenciales por el motivo de la ganancia y así garantizar los derechos de los/as ciudadanos/as. La actitud depredadora del capital sobre los abundantes y desprotegidos recursos naturales, sobre el cuidado del medio ambiente, el insistente abaratamiento y precarización de la mano de obra, las desigualdades de género, clase, raza y etnias considerados como estímulos en la radicación de inversiones cuestionan seriamente la viabilidad sostenible de importantes regiones de las Américas. El grave déficit de trabajo decente está destruyendo los sistemas de seguridad social, volviendo meramente declarativos los derechos del trabajo, anulando toda posibilidad de diálogo social y haciendo insuficiente el compromiso social de las empresas.” (CSA: 2008).

Por outro lado, a CSA afirma desde o princípio, o caminho que, em sua opinião, se aproxima daquele objetivo máximo e que por óbvio tem no combate ao neoliberalismo o centro da sua intervenção:

“La eliminación del presente cuadro de inequidad y exclusión entre países, regiones y personas en las Américas no será posible si no se supera el agotado modelo neoliberal presente en todo el continente. En la construcción de los procesos alternativos al modelo neoliberal, la CSA impulsará la estrategia de Desarrollo Sostenible, dándole el sentido ya generalizado de considerar tres ejes de importancia similar: el económico, el social y el medioambiental. Las políticas económicas, sociales y medioambientales que permitirían llegar a la meta del desarrollo sostenible tienen como punto de partida un rol activo del Estado, sustentado por un nuevo consenso democrático con soberanía popular y ampliación de los canales de participación de la sociedad en la toma de decisiones nacionales y regionales. (...). El Congreso compromete al sindicalismo de las Américas en la defensa de una mayor integración económica, política, social y cultural en favor de los pueblos, respetuosa de la diversidad y con sentido de sostenibilidad ambiental como estrategia ante la globalización neoliberal. Es imprescindible fortalecer los procesos de integración subregional y Regional, con una participación plena de los trabajadores y trabajadoras, como respuesta a los Tratados de Libre Comercio

(TLC) que solo profundizan la brecha entre y dentro de los países empobrecidos y países ricos. (...). El desarrollo de uniones aduaneras imperfectas (MERCOSUR, CAN, SICA, CARICOM), en camino hacia mercados comunes, han sido los canales identificados por el sindicalismo como aquellos con mayores posibilidades de alcanzar verdaderos procesos de integración productiva, social y cultural entre países de la región latinoamericana y caribeña. Estos procesos están sujetos a diversas contradicciones internas y externas, en cuyo debate la CSA y las articulaciones subregionales deberán seguir participando de forma propositiva y activa, defendiendo su potencial. La emergencia de la Unión de Naciones del Sur (UNASUR), en el 2007, presenta la posibilidad de continuar con el proyecto de la anterior Confederación Sudamericana de Naciones, interviniendo a las uniones aduaneras y agregando el plus derivado de un proyecto más ambicioso de integración, incluyendo la que se realiza a través de la energía.” (CSA:2008).

Ou seja, o interessante aqui é que a CSA aponta um caminho que se liga diretamente com os destinos dos governos progressistas latino-americanos, uma vez que são eles a fomentar e impulsionar quer as tentativas de integração regional citadas nas resoluções congressuais quer os processos alternativos ao neoliberalismo que também constam do documento oficial do sindicalismo americano.

Contudo, essa relação exige o diagnóstico de que tais processos políticos progressistas possuem eles próprios suas contradições, que devem ser combatidas pelas classes trabalhadoras justamente para garantir o sucesso e o avanço das políticas alternativas ao neoliberalismo.

Essa dialética está ainda mais explícita nas resoluções do II Congresso da CSA, que foi realizado em 2012. Lá podemos ver que a grande crise econômica internacional de 2008

“afectó con mucha más fuerza a las economías de la región dependientes del mercado estadounidense. La opción de Sudamérica por la integración regional, las políticas aplicadas de aumentos de los salarios mínimos nacionales, los varios programas de transferencia de ingresos y las inversiones en infraestructura, pueden explicar fundamentalmente los resultados económicos

más positivos.” (CSA:2012)

Após o diagnóstico econômico vem a leitura política, na qual o tema dos governos progressistas aparece claramente. Primeiro, há uma descrição do quadro:

“Muchas políticas de varios gobiernos en la región han presentado un resultado más efectivo que las medidas conservadoras en el mundo desarrollado. Esto representa un desafío para el movimiento social, particularmente para la CSA, de luchar para profundizar los cambios alcanzados en el continente, con mejor distribución del ingreso, más protección social, más justicia social y más participación en las decisiones. Debemos también plantear un modelo alternativo de desarrollo en los debates internacionales frente a las instituciones y gobiernos. En algunos países del continente, los gobiernos progresistas ya inauguraron su segundo o tercer mandato. Los cambios políticos, económicos y sociales que tuvieron lugar en varios países latinoamericanos representan la oposición a las políticas neoliberales implementadas desde los años 80. Esta transformación fue fundamental para enfrentar la crisis actual. Los que lograron medidas de preservación de la inversión pública, empleo, consumo y producción. Sin embargo, la recesión fue profunda en los países que adoptaron medidas conservadoras de recortes de gastos y reducción de salarios y empleos. Los cambios señalan el ascenso de fuerzas políticas y sociales que buscan formas de organización y representación distintas al Consenso de Washington. Estas corrientes tienen su origen en la lucha contra las dictaduras. Durante el auge del enfrentamiento al neoliberalismo fue patente la conformación de un perfil que reunía sindicatos, organizaciones campesinas, indígenas, mujeres, organizaciones no gubernamentales y partidos. La victoriosa campaña contra el ALCA y los grupos contra la explotación de recursos naturales por las multinacionales son ejemplos exitosos de estos movimientos. La polarización política entre lo “nuevo” y lo “viejo” fue evidente en varios de estos países que eligieron gobiernos progresistas. En algunos de ellos, hubo procesos constituyentes, con importante participación popular, que enfrentaron fuertes resistencias por parte de las élites tradicionales. Los grupos conservadores apelaron a intentos golpistas y movimientos de secesión, entre otros métodos ilegítimos. Estas campañas articuladas por la derecha contaron con la ayuda de la gran prensa escrita y televisiva, que viene ampliando su papel de principal

“partido de oposición” a los gobiernos progresistas del continente.” (CSA: 2012).

Em seguida, a postura dialética de apoio e crítica que o sindicalismo sociopolítico deve desenvolver nessa conjuntura:

“El reto para la CSA y sus organizaciones afiliadas es no sólo contribuir para que el cuadro político de cambios progresistas se mantenga y se fortalezca, sino también para que las transformaciones económicas, políticas y sociales se vuelvan estructurales y permanentes. En lo que se refiere a la democratización de las relaciones de trabajo, hay mucho que hacer. Fueron pocos los gobiernos que realmente promovieron políticas para fortalecer el papel de los sindicatos en la sociedad como actores del desarrollo y de la distribución del ingreso, además de la promoción de la democracia. Existen contradicciones entre los gobiernos progresistas en lo que se refiere al diálogo social. Hay gobiernos que se reivindican como más a la izquierda pero al mismo tiempo desarrollan una conflictiva relación con los sindicatos y otras organizaciones sociales.” (CSA: 2012).

Há ainda, por fim, um plano de ações, um “o que fazer” próprio do sindicalismo sociopolítico, que envolve, como já apareceu na passagem anterior, um entendimento de que apenas manter o que se conquistou é insuficiente. Trata-se de uma nova forma de encarar a crise do capitalismo. Esta deixa de ser vista como momento de defensiva, de mera resistência, e passa a ser entendida como oportunidade para avançar. Não há voluntarismo nessa passagem de uma postura defensiva para uma atuação ofensiva. Novamente o que temos é a expressão das experiências (Thompson:2002) das classes trabalhadoras.

“La movilidad social, que se ha ampliado en varios países de la región, también presenta a los sindicatos el desafío organizativo de los grupos sociales que representan factores importantes en la economía y en el mundo del trabajo. Existe una relación positiva entre crecimiento económico y reducción de la pobreza. El primero está conectado al desarrollo nacional, el aumento del poder adquisitivo de la población, la industrialización, y la autosuficiencia alimentaria.

Sin embargo, estos cambios no son permanentes y sustentables. La crisis económica y la baja del crecimiento en 2009 aumentaron el desempleo y la pobreza. El movimiento sindical de las Américas debe exigir la adopción de políticas de combate a la pobreza que afecta a un tercio de la población latinoamericana y caribeña. Debe también luchar para que la inclusión social – que en alguna medida se viene alcanzando – sea permanente. Esta meta sólo será posible con la profundización del modelo de desarrollo con distribución de ingreso y protección social universal.” (CSA: 2012).

Esse plano de ações é pensado no dia a dia das lutas a partir das bases fornecidas pelas duas plataformas programáticas que o sindicalismo sociopolítico elaborou. É nesse momento em que suas duas dimensões constitutivas – as alianças com os movimentos sociais e o ciclo de governos progressistas – se sintetizam e se constituem em uma ferramenta de lutas capaz de organizar novos blocos históricos e com isso a produzir renovações nas experiências e na consciência das classes trabalhadoras latino-americanas.

As plataformas programáticas do sindicalismo sociopolítico

A fala de Ivan Gonzáles, assessor sindical da CSA, nos ajuda a dar conta desse papel do sindicalismo sociopolítico na conjuntura política latino-americana dos governos progressistas.

“A relação da nossa construção sindical na CSA com os governos progressistas é uma via de mão dupla. Por um lado, não teríamos tido êxito nesse processo sem essa nova situação política, quando temos alguns governos que reconhecem nossa legitimidade, nos chamam para dialogar. Por outros, a própria existência desses governos é devedora dos processos de mobilização social e das políticas formuladas pelos movimentos sociais e pelo movimento sindical. Sem nossas lutas as vitórias eleitorais não teriam sido possíveis.” (Entrevista ao autor realizada em 20/10/2014)

É a partir dessa relação dialética entre os diferentes atores políticos e sociais que o sindicalismo sociopolítico vai se configurando e se consolidando ao mesmo tempo em

que os processos dos governos progressistas se desenvolvem e as alianças sociais e formações de blocos históricos entre as frações das classes trabalhadoras ganham novas dinâmicas. Ao mesmo tempo, as mudanças conjunturais exigem novas reflexões e novas ações. É nesse sentido que Gonzáles vai falar em novos desafios ao sindicalismo sociopolítico:

“O atual modelo de governar pela via do crescimento econômico não é mais capaz de nos fazer avançar. A crise econômica internacional que perdura desde 2008 evidencia essa impossibilidade. Precisamos dar um novo salto na agenda de futuro das forças progressistas, e o sindicalismo sociopolítico precisa fazer sua parte nesse processo.” (Idem).

Desde o ponto de vista do movimento sindical, o que dá liga a esse processo são as duas plataformas programáticas produzidas pelo sindicalismo continental. Llanos e Drobrusin (no prelo) nos oferecem um lugar desde a academia pelo qual, além de concordarem com o diagnóstico feito por Gonzáles, vão além ao vincular cada uma das duas plataformas a um desses diferentes momentos da conjuntura política latino-americana, a PLA como ferramenta do processo histórico em que o sindicalismo sociopolítico fez sua parte e a PLADA como instrumento para que o movimento sindical continental siga fazendo no futuro em que se avizinha.

“Durante la lucha contra el ALCA, el sindicalismo comenzó más negociador, fue cambiando a roles más intransigentes y luego terminó con la PLA como propuesta factible hacia gobiernos cercanos a las posiciones sindicales y sociales. Las movilizaciones de Québec en el 2001 (Dufour-Poirer y Levesque 2013), así como los referéndum populares llevados a cabo a lo largo del 2004 y las movilizaciones a Mar del Plata del 2005, son previos a la presentación final de la PLA, mostrando el momento histórico de movilización y de falta de espacios también en las negociaciones oficiales. En el caso de la PLADA, la situación es inversa. La plataforma es un primer paso, al menos desde el lado sindical, de la necesidad de debatir el desarrollo en el actual contexto neo-desarrollista. Si bien las movilizaciones y resistencias se están llevando a cabo, no es el sindicalismo quien las lidera. (...) La cumbre de Río+20 en 2012 sirvió como aglutinador de voluntades, pero es la realización de la PLADA donde

todas las centrales que componen la CSA comenzaron realmente a debatir el tema. Es innegable el cambio en el contexto político de América Latina a partir de la llegada de gobiernos de izquierda y centro-izquierda; lo que obliga a repensar las estrategias y aprovechar los recursos que las históricas relaciones de estos partidos implican para movilizar el debate actual.” (Llanos e Drobrusin, 2014: p.5-6).

As duas plataformas são mais do que um mero conjunto de resoluções típicos dos congressos sindicais, que ao final do processo são jogadas à “crítica roedora dos ratos”. Elas são na verdade um dos resultados políticos das novas experiências das classes trabalhadoras latino-americanas, na qual a resistência contra o neoliberalismo, o desemprego, a mercantilização dos direitos, deram lugar a uma dinâmica de crescimento econômico com distribuição de renda, geração de emprego, novas dinâmicas de protagonismo político e processos de aliança e integração entre os diferentes setores que foram as classes trabalhadoras no continente.

Trata-se, de fato, de um rico processo político dividido, como também já foi dito Baez (2012), em momentos distintos, com características e exigências próprias, o que fica claro na leitura de cada uma das plataformas. A PLADA foi pensada para a terceira transição descrita por Baez – que possui ainda uma dimensão interna ao sindicalismo sociopolítico, traduzida no tema da autoreforma como veremos na conclusão. Por agora, o importante é ressaltar que essa terceira transição tem na PLADA o seu instrumento programático, conforme podemos ver no texto da plataforma:

“Como producto de esta experiencia colectiva, hoy somos conscientes de la necesidad de profundizar las transformaciones impulsadas en años recientes por los proyectos políticos emancipatorios en curso en el continente. Con esa finalidad se ha emprendido desde la CSA la elaboración de una nueva herramienta política, la Plataforma de Desarrollo para las Américas (PLADA). Esta plataforma define orientaciones y principios que involucran a todos los pueblos de Américas y del mundo, y a sus trabajadoras y trabajadores. Tiene relevancia como herramienta política y de lucha para la defensa y profundización de los derechos laborales a escala mundial, así como alternativa y estrategia de desarrollo construida desde el movimiento de las y los

trabajadores ante ello, nos congrega el convencimiento de que la salida a la crisis requiere una respuesta urgente y estructural, con la participación ineludible del sindicalismo, los movimientos de las y los trabajadores, así como de las diversas expresiones colectivas del campo popular: movimientos sociales, campesinos, ambientalistas, estudiantiles, feministas, de las juventudes y la niñez, de los Derechos Humanos, por la defensa de las víctimas de violencia, por la diversidad sexual, anti-represivos, de los pueblos originarios, productores de la economía social y solidaria, organizaciones por los derechos de migrantes, educadores y promotores del arte y la cultura, entre otros.” (CSA: 2014).

Do mesmo modo, a PLA foi produzida no contexto anterior, de conquistas dos governos progressistas e de reconstituição do sindicalismo sociopolítico diante da crise do neoliberalismo e da oportunidade histórica aberta para o avanço das classes trabalhadoras do continente americano. Assim, o conteúdo da plataforma reflete o chamado das classes trabalhadoras contra o neoliberalismo, bem como a identificação das novas oportunidades políticas:

“Nosotros, los millones de trabajadoras y trabajadores forzados a la desocupación, empujados a la pobreza, hundidos en la precariedad y la flexibilidad, obligados a dejar nuestras tierras, les exigimos abandonar las actuales políticas económicas neoliberales inspiradas en el fundamentalismo del “libre comercio”. Es urgente adoptar políticas de desarrollo sostenible que pongan en el centro al empleo de calidad con justicia social y construir mecanismos de intervención que permitan incluir a todos los habitantes. Necesitamos nuevas políticas diseñadas desde una perspectiva de género, que tengan como objetivos principales fortalecer la democracia, ampliar los canales de participación de la sociedad en la toma de decisiones nacionales y regionales, reducir la desigualdad, generar empleo decente y trabajo digno¹ y adoptar políticas de desarrollo sostenible. Es imprescindible fortalecer los procesos de integración subregional como respuesta a los Tratados de Libre Comercio que solo profundizan la brecha entre y dentro de los países empobrecidos y países ricos. Sabemos que los procesos de integración regional no se expresan de la misma forma en todo el continente. Entendemos que estos pueden ser instrumentos importantes en la medida que no encubran formas de dominación de unos países sobre otros, tal como acontece con los Tratados de Libre

Comercio y de Inversiones. Por ello proponemos esta Plataforma Laboral de las Américas como punto de partida para iniciar un nuevo rumbo histórico para todos nuestros pueblos y naciones, capaz de proyectarse a todos los hombres y mujeres del mundo.” (CSA: 2009).

Ainda refletindo o quadro político do início do século XXI, a PLA divide seu acúmulo programático em eixos que sintetizavam os desafios quer dos movimientos sociales quer dos gobiernos progressistas que iniciavam sua trajetória. A PLA exige “un nuevo consenso Democrático con Soberanía popular y Perspectiva de Género” (CSA: 2009), o que é reflexo direto das lutas contra a ALCA, na medida em que as negociações foram levadas a cabo sem a participação dos trabalhadores e que a aliança social que derrotou a proposta de integração imperialista teve no movimento feminista um dos seus pilares fundamentais.

Ao mesmo tempo, já reverberando a nova e incipiente dinâmica desenvolvimentista que crescia na América do Sul, a PLA prega “por una economía que impulse un desarrollo sostenible y ponga en el centro al empleo decente y al trabajo digno” (CSA:2009), eixo esse muito mais completo que o primeiro, e que continha propostas para os mais vários temas, tais como

“Deuda externa; Conjunción de políticas; Inversión y prioridades de la economía; Política fiscal y tributaria progresiva; Complementación productiva; La promoción del desarrollo local; Integración de infraestructuras; Políticas sectoriales; Agricultura familiar; Redistribución de la renta; Fondos Continentales (Fondos Sociales universales, Fondos de Capacitación y Fondos de Salud Pública); Rol activo del Estado; Privatizaciones; Acceso al conocimiento; Grandes empresas y empresas multinacionales; Pequeñas y Micro Empresas; Empleo para Mujeres; Empleo para Jóvenes; Eliminación del trabajo infantil; Educación y Formación Profesional” (CSA: 2009).

Cada ponto desses (com diagnósticos e propostas desenvolvidas) se soma ao terceiro eixo - “Promoción y cumplimiento los derechos sociolaborales” e ao quarto eixo (CSA: 2009), formando o que há de mais substantivo na PLA. Há, sem dúvida, uma

minimização do peso dos aspectos políticos, presentes somente no diminuto primeiro eixo. Essa subestimação desse aspecto pode e deve ser vista como uma lacuna decisiva para o sindicalismo sociopolítico.

Convém, contudo, contextualizar essa lacuna, ou em outras palavras, generaliza-la para toda a esquerda latino-americana. Vale lembrar que no momento de elaboração da PLA somente a Venezuela havia promovido em 1999 uma Assembléia Constituinte e refundado sua ordem institucional, e que mesmo depois, apenas Bolívia e Equador – entre 2006 e 2009 – fizeram o mesmo. Não é por acaso, aliás, que em Brasil e Chile o enfrentamento com a ordem institucional da redemocratização tem se tornado tarefa cada vez mais urgente das esquerdas naqueles países, e também não é a toa que o processo político no Uruguai seja visto hoje como o mais avançado, justamente onde se promoveu um aprofundamento dos direitos políticos e civis.

É importante registrar então que o entendimento expresso na PLADA é completamente distinto. A nova plataforma se divide em dois eixos mais gerais e estruturantes “desarrollo sustentable” e “nueva relacion Estado, sociedad y mercado” e que se dividem em quatro dimensões com peso igual, a primeira delas sendo precisamente a “dimension política” seguida então da “dimension economica”, da “dimension social” e da “dimension ambiental”. (CSA: 2014).

Tal movimento é crucial para politizar a noção de “desarrollo sustentable” e tirá-la do isolamento “ambientalista”, o que na prática significa recuperar a própria gênese do conceito:

“el enfoque de desarrollo sustentable nació del proceso de progresiva ampliación de la conciencia acerca de las contradicciones entre el modelo capitalista de desarrollo predatorio, la garantía de una buena calidad de vida para la ciudadanía, el derecho de los pueblos al desarrollo y la constatación de los límites físicos del planeta para poder atender las demandas de la humanidad. estas contradicciones fueron profundizadas con la implementación de la lógica neoliberal que impuso una dinámica donde las fuerzas del capitalismo actuaron sin control, acumulando mayor riqueza, minimizando los instrumentos de

protección social y los derechos de los/as ciudadanos, extremando la destrucción de los recursos naturales y llevando al planeta de manera acelerada a una crisis económica, social y ambiental sin precedentes. la Comisión Mundial para el Medio ambiente y el Desarrollo, establecida por las naciones unidas en 1983, definió el desarrollo sustentable como el “desarrollo que satisface las necesidades del presente sin comprometer las capacidades que tienen las futuras generaciones para satisfacer sus propias necesidades”. la noción de Desarrollo sustentable aparece como una de las alternativas que se enfrenta a la matriz de pensamiento neoliberal; una forma de comprender y organizar los aspectos esenciales de la vida social desde una nueva lógica; una respuesta construida por y para las mayorías populares. las condiciones están dadas para el lanzamiento de una nueva agenda del desarrollo sustentable para la autodeterminación de los pueblos y de los estados.”(CSA: 2014).

Ao mesmo tempo, expressa também os avanços na consciência e experiência das classes trabalhadoras após uma década de governos progressistas que lograram promover o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza sem, contudo, consolidar um modelo alternativo de sociedade, de economia e de Estado.

“Esta es nuestra visión del Desarrollo que se construye desde nuestra opción sindical reafirmando los pilares del trabajo decente; la distribución de la riqueza; la democracia participativa; la igualdad entre géneros; la integración regional priorizando la articulación en las negociaciones internacionales y la consolidación de posiciones comunes en temas de interés compartido y el intercambio de experiencias exitosas entre los gobiernos; la protección e inclusión social de todas y todos, inter-generacional y ambiental, integrando así las dimensiones económica, social, ambiental y política. el desarrollo no se logra sin la plena inclusión y participación de las mujeres y de los jóvenes. todos los componentes que presentamos en esta plataforma tienen la equidad de género y la participación de la juventud como enfoques transversales y las mujeres y los jóvenes como protagonistas y principales actores para hacer realidad el desarrollo sustentable.” (CSA: 2014).

Dessa visão de “desarrollo” transborda a dimensão ambiental presente na PLADA, e

que contém ferramentas fundamentais para que as classes trabalhadoras enfrentem o tema das mudanças climáticas travando o combate para que o preço das inovações produtivas não recaia sobre os povos. É a chamada “transición justa”,

“Propuesta prioritaria del movimiento sindical frente a las consecuencias negativas del cambio climático sobre los pueblos. se define como el conjunto de políticas diseñadas para asegurar que la transición y el camino hacia una producción con bajas emisiones de gases de efecto invernadero, ofrezca al mismo tiempo oportunidades a las y los trabajadores y a las comunidades implicadas. Con la finalidad que no sean ellas y ellos quienes paguen los mayores costos de las consecuencias negativas ocasionadas por cambios de los cuales no son los mayores responsables.” (CSA: 2014).

Diante dessa visão não há na PLADA, como havia na PLA, a secundarização da questão política e democrática. Afinal, a constituição de uma dinâmica de relação entre sociedade, mercado e Estado é um tema eminentemente político:

“las soluciones de mercado para enfrentar la crisis global han fracasado. nuestros estados deben retomar el control y poder sobre el mercado y deben reconstruir su capacidad de generar ingresos para satisfacer las necesidades sociales y de regulación de la actividad económica y social general. Las transformaciones recientes en el continente señalan el ascenso de fuerzas políticas y sociales que buscan formas de organización y representación distintas al despliegue radical de políticas inspiradas por el llamado “Consenso de Washington”. estas nuevas fuerzas colectivas tienen su origen en las luchas contra las dictaduras militares y los gobiernos autoritarios que instauraron el neoliberalismo. Profundizar la democracia significa establecer una nueva relación entre estado, mercado y sociedad, con autonomía e independencia de los mercados financieros. Debe pensarse al estado como potencia de las mayorías populares, lo que significa la participación activa del pueblo trabajador en lo público, y no la mera reivindicación de la tutela gubernamental o su consideración como si fuese un patrón más. La intervención estatal debe asegurar el pleno empleo y contribuir a la redistribución de la riqueza frente al efecto concentrador del mercado, mediante políticas sociales, fiscales y

monetarias soberanas para enfrentar coyunturas de estancamiento o crisis. se debe establecer un sistema de corresponsabilidades en el cual los actores económicos y corporativos de mayor peso deberán asumir mayores cargas y responsabilidades para superar los períodos de crisis.” (CSA: 2014).

É dessa maneira que chegamos à dimensão política apontada pela PLADA. Essa nova relação só será conquistada com

“Democracia participativa. complementariedad entre representatividad e instrumentos de consulta popular y participación directa; reformas de los sistemas políticos y judiciales para impedir la injerencia de las corporaciones económicas en el funcionamiento de la democracia.; democratización de la comunicación para la ampliación de la participación y el control ciudadano; participación sustantiva de los movimientos sindicales y sociales en los procesos e instituciones de integración regional; democratizar los procesos regionales; comprender las américas como territorio de paz y de plena realización de los derechos humanos; reconocimiento de los sindicatos como instrumento de la democracia y del ejercicio de los derechos humanos; autodeterminación cultural de los pueblos originarios y afro-descendientes y respeto a la plurinacionalidad; y, por fin, la autorreforma sindical” (CSA: 2014).

Claro está, portanto, que os êxitos não podem mais se restringir aos aspectos econômicos e sociais, pois estes, embora sejam importantes e estejam presentes na plataforma - não são sustentáveis sem a dimensão política e que por isso é o elemento mais detalhado e desenvolvido na nova plataforma, a grande novidade que o sindicalismo sociopolítico apresenta para o novo período na comparação com o conteúdo da PLA e as exigências do período anterior.

Em suma, na medida em que a PLADA arma o sindicalismo sociopolítico para o próximo período de lutas, e levando em conta que sua elaboração se deu em profundo diálogo com os movimentos sociais aliados nas lutas e com as dinâmicas dos governos progressistas do continente americano, poderíamos concluir que o futuro do sindicalismo sociopolítico está garantido. Essa, contudo, não é a visão que emerge da

própria CSA e de sua ampla rede, como veremos na conclusão.

5 – Conclusão: o futuro do sindicalismo sociopolítico

Novamente o vínculo do sindicalismo sociopolítico com os governos progressistas é ressaltado. Por um lado, a PLA é resultado de lutas e mobilizações que foram fundamentais para a vitória dos governos progressistas. Esses governos possibilitaram aos movimentos sociais em geral, e ao movimento sindical em particular, reforçar suas formulações e alianças, reelaborar suas estratégias a partir da nova e contraditória dinâmica na qual o Estado se abre para as suas demandas ao mesmo tempo em que o desenvolvimento capitalista provoca novas lutas e resistências que colocam sociedade civil e governos progressistas em tensões ou mesmo em lados opostos.

A PLADA se insere então na tentativa de dar uma resposta a esse dilema. Por isso as narrativas dos dirigentes da CSA e das centrais nacionais sempre enfatizam o amplo diálogo da CSA com movimentos sociais do campo, movimentos de mulheres, movimentos ambientais, entre outros para formular a nova plataforma, cujo principal objetivo é pensar um novo modelo de desenvolvimento para a região. Esse objetivo prevê que as demandas do mundo do trabalho e das demais classes subalternas do continente sejam debatidas de forma democrática em processos políticos mais amplos, e não apenas tratadas como resultado do crescimento econômico no modelo capitalista atual. Com isso as lutas e formulações da sociedade civil serviriam como ferramentas para que os partidos e movimentos progressistas que ocupam o Estado em diversas nações produzam avanços ainda mais substantivos.

Conclusão: o futuro do sindicalismo sociopolítico

Baez (2000) vai concluir que o sindicalismo sociopolítico foi exitoso em se reconstituir na última década, produzindo um processo unitário sólido nas Américas:

“Temas como trabalho decente, meio ambiente, seguridade social, saúde e segurança no trabalho, integração, democratização da comunicação, igualdade de gêneros, juventude, a função normativa da Organização Internacional do

Trabalho (OIT), fiscalidade, formação sindical e profissional, empresas mundiais, etc., formam, em seu conjunto, uma visão de desenvolvimento que se opõe àquela de crescimento sem limites e de exclusiva busca de lucro por parte dos defensores do atual sistema. Todos esses temas foram desenvolvidos de forma participativa e deram à CSA um maior protagonismo em várias instâncias internacionais, incluindo a CSI. A oposição aos tratados de livre comércio e o apoio aos processos de integração levaram a CSA a apresentar propostas em diferentes terrenos das Américas, da Ásia e da Europa.” (Baez, 2000:16-17).

Novamente o vínculo do sindicalismo sociopolítico com os governos progressistas é ressaltado. Esses governos possibilitaram aos movimentos sociais em geral, e ao movimento sindical em particular, reforçar suas formulações e alianças, reelaborar suas estratégias a partir da nova e contraditória dinâmica na qual o Estado se abre para as suas demandas ao mesmo tempo em que o desenvolvimento capitalista provoca novas lutas e resistências que colocam sociedade civil e governos progressistas em tensões ou mesmo em lados opostos, produzindo dilemas e impasses cuja resolução pode significar seja o avanço a um novo patamar seja uma derrota histórica das forças progressistas. É nesse sentido que Baez afirma que

“o movimento sindical deve se colocar como ator fundamental na disputa por uma nova hegemonia, na qual o trabalho decente seja valorizado como eixo central para o impulso de políticas que conduzam ao desenvolvimento sustentável. O II Congresso da CSA valoriza a oportunidade que se apresenta para que os povos das Américas, liderados por suas forças sociais e políticas progressistas, dirijam-se ao mundo com uma voz que permita apontar caminhos diferentes para um planeta cada vez mais instável em termos econômicos, ambientais, sociais e políticos. Num contexto profundamente negativo nos países do Norte, consideramos que as Américas, com todas as suas contradições e desigualdades, pode ser fonte de alternativas ao modelo neoliberal.” (Baez,2012:19).

A PLADA, como já destacamos, se insere na tentativa de dar uma direção para essa alternativa pós-neoliberal, o que só será possível com um amplo diálogo da CSA com movimentos sociais do campo, movimentos de mulheres, movimentos ambientais,

partidos e movimentos políticos, entre outros para aprimorar e pensar a efetivação da nova plataforma, cujo principal objetivo é pensar um novo modelo de desenvolvimento para a região.

Esse objetivo prevê que as demandas do mundo do trabalho e das demais classes subalternas do continente sejam debatidas de forma democrática em processos políticos mais amplos, e não apenas tratadas como resultado do crescimento econômico no modelo capitalista atual. Com isso as lutas e formulações da sociedade civil serviriam como impulsionadores de uma nova dinâmica de governos progressistas, um salto de qualidade como diz Victor Baez, ou “pensar o novo” como afirma Gustavo Codas. É a partir dessa necessidade, desse desafio que conceitos como o de “múltiplas crises do capitalismo”, “trabalho decente”, “desenvolvimento sustentável” e “democracia” se articulam no sindicalismo sociopolítico.

Ao mesmo tempo, a dinâmica política dos governos progressistas parece apresentar esgotamentos. Em que pese as vitórias importantes em Bolívia, Chile e Uruguai, o chamado eixo Brasília-BuenosAires-Caracas (Guimarães:2012) vem apresentando impasses decisivos. As reconduções de Maduro e Dilma vieram em vitórias eleitorais apertadas que evidenciam desafios políticos e econômicos profundos. E as eleições argentinas de 2015 se configuram em um cenário complexo, no qual o partido de Cristina e Nestor Kirchner tende a vencer as eleições, porém encabeçado por sua ala direita. Nas palavras de Codas:

“As dificuldades políticas e econômicas enfrentadas em processos regionais e em vários países com governos progressistas, os frequentes desencontros entre movimentos sociais populares e governos progressistas, as ameaças golpistas, os golpes consumados e as dificuldades eleitorais em disputas acirradíssimas, a depender do país, são todos sinais da necessidade de “pensar de novo” para avançar mais. (...)“Pensar de novo” requer uma atualização das estratégias intergovernamentais, dos governos /sociedade civil e na diversidade dos movimentos sociais hoje atuantes. A sistematização das características e projeções das formações socioeconômicas que o progressismo está gestando no século XXI. E identificar quais são os sujeitos históricos da transformação

estrutural dos nossos países e nossa região, e qual é o programa histórico que eles têm: quais são, por fim, os sujeitos históricos da transformação atual?
“ (Codas, 2014: 1)

Chegamos então ao primeiro desafio para o futuro do sindicalismo sociopolítico, qual seja, o de ampliar o processo de unificação do movimento sindical continental de modo a enfrentar com mais força o novo quadro político internacional e regional.

O interessante é que o cenário político para o movimento sindical se apresenta com duas novidades geopolíticas. Primeiro, em 17 de dezembro os presidentes de Cuba, Raul Castro, e dos EUA, Barack Obama, reataram relações diplomáticas interrompidas desde 1961, quando os Estados Unidos tentaram invadir a ilha e foram derrotados, o que gerou, em 1962, o Embargo Econômico contra Cuba, pelo qual os EUA punem com sanções econômicas qualquer país e empresa que desenvolva atividades em Cuba. O histórico anúncio coroa um processo político de pressão que a comunidade internacional fez contra a política dos EUA para Cuba, baseada no isolamento político e na asfixia econômica através do bloqueio.

Essa pressão teve nos governos progressistas um fator fundamental. Praticamente todos procuraram desenvolver suas ligações políticas e econômicas com Cuba. Do ponto de vista econômico, os casos mais emblemáticos são o acordo assinado por Chávez e Fidel Castro em 2004 que estabeleceu o envio de petróleo venezuelano para a ilha e o financiamento, acordado por Lula e Raul Castro em 2009, por parte do Brasil, da construção do Porto Mariel, que será um grande entreposto comercial na América Central.

Já na esfera política, os processos de integração regional se mostraram decisivos para a aproximação entre Cuba e EUA na medida em que deixaram a potência do norte cada vez mais isolada no continente. Por um lado, a Venezuela estabeleceu uma aliança com alguns países mais alinhados ao chamado “bolivarianismo”. A chamada “Aliança Bolivariana para as Américas” foi criada em 2004 para ser um contraponto à proposta estadunidense de Aliança para o Livre Comércio das Américas (ALCA) que viria a ser

derrotada definitivamente em 2005.

Ademais, em 2008 o chamado Grupo do Rio – articulação diplomática informal que reúne 19 países latino-americanos – decidiu pela entrada de Cuba no fórum. Tal processo de integração teve no ano de 2010 um momento importante com a fundação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), definida como uma Organização dos Estados Americanos (OEA) sem os EUA.

Em paralelo às iniciativas anteriores ocorreu a intensificação das ações políticas contra a exclusão de Cuba da OEA. Em 2012, o Equador, El Salvador e Nicarágua não mandaram representantes para o principal fórum da entidade, a VI Cúpula das Américas, em protesto contra a ausência de Cuba imposta pelos EUA. Apesar do veto à participação cubana no organismo ter sido suspenso em 2009, o regime comunista manteve sua ausência diante da manutenção da política estadunidense de asfixia econômica. A situação de impasse chegou a tal ponto que o conjunto de nações latino-americanas anunciou, ao final da VI Cúpula, que aquela seria a última reunião do organismo sem a participação cubana, e que caso Cuba seguisse ausente da Cúpula das Américas, todas as nações boicotariam o evento.

Por fim, em novembro de 2014, o Panamá, país anfitrião da VII Cúpula das Américas, prevista para ocorrer em abril de 2015, formalizou o convite para que Cuba participe do Fórum, contra a vontade dos EUA. Cuba sinalizou então que participaria do evento. Um mês depois vem então o anúncio da retomada das relações diplomáticas entre Cuba e EUA. Mesmo que o bloqueio econômico ainda não tenha sido suspenso o fato é que a retomada de relações diplomáticas entre EUA e Cuba marca o fim definitivo da guerra fria na região e um novo momento para os governos progressistas. Não somente por essa vitória no caso cubano, mas também porque pela primeira vez é possível que o Secretário Geral da OEA seja um diplomata indicado pelos países do sul, e não pelos EUA, na medida em que o nome do Luís Almagro, atual chanceler uruguaio, ganha cada vez mais força e adesões para ocupar o posto máximo da organização multilateral americana.

A segunda novidade geopolítica tem relação com as respostas produzidas no continente diante da crise econômica internacional que explodiu em 2008 e levou as economias latino-americanas a enfrentarem dificuldades crescentes. O Banco do Sul foi criado em 2009 e seu objetivo é fornecer empréstimos às nações sul-americanas para protegê-las de novas crises e promover novos ciclos de desenvolvimento. No mesmo sentido foi concebido em 2014 o Banco dos BRICs, aliança que congrega África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia. As novas dinâmicas geopolíticas seguem a passos largos, como por exemplo, na recente (fevereiro de 2015) decisão chinesa de viabilizar com pesados investimentos o projeto Transul, por onde se viabilizarão investimentos na indústria básica brasileira e sul-americana.

Essas duas novidades geram um novo desafio ao sindicalismo. Por um lado, trata-se de avançar no processo de unificação do sindicalismo, promovendo uma maior aproximação com a tradição comunista, na medida em que as antigas cisões da guerra fria não fazem mais sentido. A comemoração dos dez anos da vitória contra a ALCA - organizada em torno da Aliança Social das Américas, quando movimentos sindicais e sociais se unificaram – é um excelente momento de aprofundar a unidade sindical.

Por outro lado, é preciso organizar politicamente as classes subalternas para que os próximos ciclos de desenvolvimento se dêem em novas condições de produção, desde o ponto de vista dos direitos e de uma nova relação com o meio ambiente, objetivo maior do sindicalismo sociopolítico americano. Dessa necessidade surge então o segundo desafio ao futuro do sindicalismo sociopolítico, a saber, o da autoreforma sindical. Como reconhece o secretário-geral da CSA:

“É evidente que o caráter e o funcionamento da globalização, a partir da perspectiva neoliberal, têm causado um forte impacto negativo na existência e na ação sindicais. No entanto, seria um grande erro situar aqui a totalidade dos problemas. Existe, de fato, uma variedade de fatores propriamente internos que se acumularam no sentido de um enfraquecimento das organizações sindicais. Burocratização, inadequação das estruturas e práticas existentes, tanto de várias organizações como de vários de seus dirigentes, carências democráticas (verticalismo e autoritarismo) e, em alguns casos, inclusive corrupção, como

reza o documento do próprio congresso de fundação. Em suma, nem todos os problemas vêm de fora. Daí a pertinência e a importância da mencionada “autorreforma sindical” (Baez: 2012, p. 16).

O fato é que avanços políticos e organizacionais ainda se fazem necessários. É o contexto da chamada terceira transição, qualificada por Baez como “um salto de qualidade”. Aprimorar a organização sindical é crucial para que a CSA tenha sucesso na tarefa de “conseguir que mais trabalhadores e trabalhadores estejam afiliados a menos sindicatos, tratando assim de superar a forma mais frágil de organização, que é o sindicato de empresa, para ir em direção ao sindicato por setor” (Baez: 2012, p. 17).

O tema da autoreforma adquiriu centralidade já no processo de unificação que gerou a CSA. O congresso fundador da entidade registra que

“Para la CSA, el carácter y funcionamiento de la globalización neoliberal son causas de fondo y contextuales para los actuales problemas de la existencia y el accionar sindical. Pero, al mismo tiempo, existe una variedad de factores propiamente internos que han ido en la dirección del debilitamiento, derivados de características inadecuadas de las estructuras y las prácticas existentes y de ciertos hábitos personales de los dirigentes, incluyendo malas prácticas: caciquismo y cupularización, verticalismo y autoritarismo, burocratización, ausencia de autonomía política, conflictos intersectoriales, divisiones y corrupción sindical.” (CSA: 2008).

Trata-se de uma inovação tão profunda quanto a virada da ORIT desde o apoio à política externa estadunidense para a participação e o protagonismo das lutas sociais contra o neoliberalismo. Afinal, o problema da burocratização sindical é conhecido, porém raras vezes o próprio movimento admite com sinceridade a manifestação desse fenômeno. Ademais, reconhecer o problema é, sem dúvida, o primeiro passo para superá-lo.

A CSA produziu quatro livros sobre a autoreforma, resultado de diversos seminários que confederação fez com suas centrais filiadas. No II Congresso, de 2012, a entidade

“valora los avances en la estrategia de autorreforma sindical de la CSA y el impulso dado a la misma a través del Grupo de Trabajo sobre Autorreforma Sindical (GTAS), creado al efecto en 2009, con el apoyo del proyecto FSAL de OIT (Fortalecimiento al Sindicalismo de América Latina), que definió cuatro planos y avanzó en su desarrollo: la organización interna, la negociación colectiva, la unidad/coordinación y las alianzas. Igualmente avanzó en una definición en la cual señaló que el proceso de Autorreforma Sindical pretende generar una mayor fortaleza organizacional, representación y representatividad, legitimidad e influencia en todos los niveles donde se definen y deciden aspectos que involucran derechos y condiciones de trabajo, empleo y vida, particularmente en los ámbitos de la contratación colectiva de los trabajadores y trabajadoras de cualquier condición y modalidad laboral. El proceso de Autorreforma considera el contexto de cada realidad y las decisiones autónomas de cada organización sindical. El Congreso resalta que, en el periodo, el trabajo del GTAS ha permitido aumentar el conocimiento sobre los distintos procesos de reestructuración sindical en marcha en organizaciones sindicales afiliadas y fraternas de CSA, así como en otras de fuera de la región, derivando formas sintetizadoras que puedan convertirse en modelos de acción.” (CSA: 2012).

Não há, contudo, qualquer menção nas resoluções congressuais de que os avanços permitam uma menor atenção ao tema. Ao contrário, é mantido o diagnóstico negativo sobre “los problemas que afectan a las organizaciones sindicales en la actualidad” do qual resulta um ambicioso plano de ação para que se avance ainda mais na autoreforma sindical a partir de cinco eixos centrais:

“Ampliar la capacidad de la organización sindical, en cuanto a funcionamiento, estructuras y representación (i); Aumentar los niveles de cobertura de la negociación colectiva y otras formas de negociación (ii); Avanzar en la unidad/coordinación sindical y la construcción de alianzas (iii); prioridad para los siguientes colectivos laborales de más urgente representación: Trabajadores asalariados precarios, en situación de tercerización, subcontratación y temporalidad; Trabajadores asalariados precarios en situación de no registro en empresas formales e informales; Trabajadores no asalariados de la pequeña producción, formal e informal, incluyendo los que se desempeñan en el medio

rural. Trabajadores de zonas francas industriales, Jubilados (para suretención en las estructuras sindicales); Trabajadores de la economía social solidaria (para utilización de estas estructuras) (iv); por fin, el desarrollo de el Sistema de Intercambio y Seguimiento de la Autorreforma Sindical (SISAS) para una mayor difusión e intercambio de experiencias y la utilización de indicadores de resultado.”. (CSA: 2012)

Em suma, a CSA se constituiu como um novo modelo de organização sindical na América Latina e Caribe, um sindicalismo sociopolítico que supera o isolamento das pautas do mundo do trabalho em direção a uma concepção ampla e inovadora de desenvolvimento social, ambiental, cultural e econômico. O mais interessante, contudo, é que esse processo está longe do fim ou do esgotamento. Na medida em que se reposicionou como ator político relevante no continente, o movimento sindical tem consciência de que é preciso superar suas próprias contradições, se auto-reformar, pois só assim terá capacidade de se fortalecer e encaminhar sua a plataforma política.

6 - Bibliografia:

ANDRADE, Oswald. **Políticas Laborales después del neoliberalismo: las experiencias en el Cono Sur.** Santiago de Chile: Fundación Friedrich Ebert, Julio de 2008. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/chile/06781.pdf>

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as Meta-morfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho.** São Paulo, Cortez; Campinas, Unicamp, 1995.

ARMELINO, Martin. “La propuesta en los años 1990. El caso de la CTA.”. In: **Estudios del trabajo, n° 28**, julio-diciembre 2004.

ALEXANDER, Robert J. **A organização do trabalho na América Latina.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.

BAEZ, Vítor. “Sindicalismo das Américas: a 'terceira transição’”. In: **Nueva Sociedad especial em português**, junho de 2012. Disponível em <www.nuso.org>.

BENZA, Gabriela e CALVI Gabriel. “Precariedad laboral y distribución del ingreso en el Gran Buenos Aires. (1974-2003)”. In: **Estudios del trabajo, n° 34**, enero-junio 2006.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BERRON, Gonzalo. **Identidades e estratégias sociais na arena transnacional: o caso do movimento social contra o livre comércio nas Américas.** USP, 2006. Tese de Doutorado.

BEYNON, Huw. “A destruição da Classe operária inglesa?” IN: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n 27,1996.

CANDIA, Julio Gonzalo e AROS, Myrna Videla. “La Sindicalización en Chile: Una mirada desde la globalización y la necesidad de acción colectiva”. In: **Revista de Ciência Política**, Buenos Aires, Noviembre 2012. Disponível em <http://www.revinciapolitica.com.ar/num18art6.php>

CARDOSO, Adalberto. **A Década Neoliberal**. São Paulo: Boitempo Ed, 2003.

CARRAU, Natália. **La Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur. Un actor con mirada regional en el Mercosur**. Montevideo: Fundación Friedrich Ebert, 2008. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/uruguay/05405.pdf>

CASTRO, Maria Silvia Portela de. **El sindicalismo frente al MERCOSUR**. Montevideo: Fundación Friedrich Ebert, 2007. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/uruguay/05067.pdf>

CODAS, Gustavo. **O Brasil nas relações Sul-Sul e na integração regional da América do Sul: uma agenda de estudo e debate**. São Paulo: FES Brasil, 2013. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10431.pdf>

CORONEL, Alvaro. **Evaluación y perspectivas de la acción sindical en el Mercosur**. Análisis y propuestas / Fundación Friedrich Ebert en el Uruguay : programa sindical regional), 2003. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/uruguay/04499.pdf>

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política. A dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Ed Cortez, 1994.

CSA. **Congresso Fundador**. São Paulo: 2008.

CSA. **Plataforma Laboral de las Américas**. São Paulo: 2009.

CSA. **II Congresso de la CSA**. São Paulo: 2012.

CSA. **Plataforma de Desarrollo de las Américas**. São Paulo: 2014.

ENSIGNIA, Jaime. **Chile en la Globalización. Relaciones Laborales, Tratados de Libre Comercio y Cláusulas Sociales**. Santiago de Chile Fundación Friedrich Ebert, 2007. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/chile/04621.pdf>

FERES, Maria Ester. **Análisis y propuestas: Gobiernos progresistas y movimiento sindical La experiencia chilena**. 2009, FES. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/chile/08580.pdf>

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HOBBSBAWM, Erick. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GROISSMAN, Fernando. “Inestabilidad de igresos y desigualdad durante la reciente fase de recuperación económica enn la Argentina (2004-2007)”. In: **Estudios del trabajo, n° 36**, julio-diciembre 2008.

GUIMARÃES, Juarez. **Democracia e Marxismo. Critica à Razão Liberal**. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. “Estados Unidos, Venezuela e Paraguai”. In: Carta Maior, Julho de 2012. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Estados-Unidos-Venezuela-e-Paraguai-%0D%0A/6/25637>

GRUPPI, Luciano. **O Pensamento de Lênin**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

LACLAU, Ernesto. **La Razón Populista**. Buenos Aires y México: FCE, 2005.

LÊNIN, Vladimir. **O Que Fazer?** São Paulo, Ed. Hucitec, 1978.

_____. **Obras Escolhidas. Volume 1.** São Paulo: Ed. Alfa e Omega, 1979.

_____. **Sobre os sindicatos.** Curitiba: TIE-Brasil, 2008.

LOPEZ, Maria X. **Sindicalismo Internacional.** Ciudad de México: 2002.

LLANOS, Maité e DROBRUSIN, Bruno. **Sindicalismo latinoamericano y modelos de desarrollo en disputa.** No prelo. Revista Nueva Sociedad. 2015.

MARSHALL, Adriana. “Afiliação sindical e instituições do trabalho: análise comparativa”. In: **Estudios del trabajo, n° 32**, julho-dezembro 2006.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

_____. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **O Capital. Crítica da Economia Política.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MUSTO, Marcelo. (org). **Trabalhadores, Uni-Vos! Antologia Política da I Internacional.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

OSM-SP. **As Centrais Sindicais Mundiais.** São Paulo: 1986.

QUIROGA, Yesco, CANZANI, Augustin e ENSIGNIA, Jamie. (orgs). **Consenso**

progresista. Las políticas sociales de los gobiernos progresistas del Cono Sur. Buenos Aires: FES, 2009.

ROSAL, Amaro del. **Los Congresos Obreros Internacionales em el Siglo XX. De 1900 a 1950.** Ciudad de México: Ed. Grijalbo, 1963.

SENATORE, Luiz e YAFFÉ, Jaime. “Los sindicatos uruguayos ante el primer gobierno de izquierda”. In: **Observatório Social de América Latina (OSAL).** Buenos Aires, año VI no. 16 ene-abr 2005.

SUPERVIELLE, Marcos e QUIÑONES, Mariela. “La Reforma Laboral y las nuevas funciones del sindicalismo em Uruguay”. In: **Estudios del trabajo, n° 22,** 2001.

SOARES LIMA, Maria Regina (org). **Desempenho de governos progressistas no Cone sul: agendas alternativas ao Neoliberalismo.** Rio de Janeiro: Edições IUPERJ, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas, SP, Ed. Unicamp, 2001.

_____. **A formação da classe operária inglesa. 3 Volumes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRAUB-MERZ, Rudolf e ECKL, Jurgen. **Análisis y propuestas: El movimiento sindical internacional: fusiones y contradicciones.** Junho 2007, FES. Disponível em <http://www.fesmex.org/common/Documentos/Ponencias/Paper%20Mov%20Sindical%20Int%20Traub%20y%20Eckl.pdf>

URIARTE, Oscar Ermida. **La política laboral de los gobiernos progresistas.**

Montevideo, Fundación Friedrich Ebert, Noviembre de 2007. Disponible en <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/uruguay/05063.pdf>

WACHENDORFER, Achim. **Análisis y propuestas: ¿Hacia una nueva arquitectura sindical en América Latina?** Noviembre 2007, FES. Disponible en <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/uruguay/05065.pdf>

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WINSON, Anthony. “Crisis económica y conciencia de clase: el caso de las comunidades rurales del Canadá”. **Estudios del trabajo**, n° 20, 1999.